

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

O SEGUNDO GOVERNO VARGAS, A ASSESSORIA ECONÔMICA E

O PLANEJAMENTO ECONÔMICO DO DESENVOLVIMENTO

(1951-1954)

Gil Duque Estrada de Barros

Matrícula nº: 100176446

ORIENTADOR: Prof. Almir Pita Freitas Filho

AGOSTO 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O SEGUNDO GOVERNO VARGAS, A ASSESSORIA ECONÔMICA E
O PLANEJAMENTO ECONÔMICO DO DESENVOLVIMENTO
(1951-1954).**

Gil Duque Estrada de Barros

Matrícula nº: 100176446

ORIENTADOR: Prof. Almir Pita Freitas Filho

AGOSTO 2009

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor.

DEDICATÓRIA

À Maria Eugênia e José Antônio pelo amor incondicional, educação e exemplo de pais que são.

À Diná e Jocimar, por me mostrarem a beleza que há nas coisas e nas pessoas simples, a essência deste povo brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus irmãos Teresa, Jerônimo, Lourenço, Cristóvão e Raíssa, que sempre estão do meu lado para o que der e vier. Obrigado.

Agradeço à Heloisa e Décio, pela fé no neto e pelas orações. Pedido de avó e avô vale em dobro. Obrigado.

Aos amigos, Marcelo e Luís Guilherme, que acompanharam esta penosa trajetória até a conclusão deste trabalho, sempre na expectativa e na torcida. Saibam que eu torço por vocês também. Obrigado.

Agradeço ao Professor Almir Pita, que teve a maior paciência e compreensão com este orientando. Obrigado.

Agradeço à outros professores do Instituto de Economia como Jacques Katernetzky, Mário Possas, Ricardo Tauille, André Urani, e Marcelo Paixão que, junto com meu orientador, me mostraram que o mais bonito da economia está por trás dos números, reside no fato de ela ser feita por gente. Obrigado.

Agradeço, sobretudo, à Paula, esta mulher maravilhosa que me ajudou muito com esta monografia e que me incentiva todo dia a ser um homem melhor. Obrigado, minha linda.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar o período do Segundo Governo Vargas (1951-1954) com foco nas medidas econômicas tomadas por Getúlio no tempo que esteve à frente do país. A primeira parte do trabalho descreve os entraves ao crescimento econômico encontrados por Vargas quando este é eleito presidente. A segunda parte trata das medidas econômicas que ele tomou enquanto esteve no governo em face destas dificuldades. A terceira parte analisa o papel da Assessoria Econômica no aparelho estatal, este que foi um importante órgão deste governo, sobretudo, nas tomadas de decisão ligadas à energia elétrica e petróleo.

RÉSUMÉ

Ce travail a comme objectif analyser la période du deuxième gouvernement Vargas (1951-1954) en tenant compte des mesures économiques prises par Getúlio pendant le temps auquel il se trouva au devant du pays. La première partie du travail nous renseigne des obstacles au développement rencontrés par Vargas quand il est élu président. La deuxième partie traite des mesures économiques qu'il a pris pendant le temps auquel il est au gouvernement. La troisième partie analyse le rôle de l'Assessoria Econômica dans l'appareil d'état, ceci qui a été un important instrument de gouvernement, surtout, lors des prises de décision que concernaient le thème de l'énergie électrique et du pétrole.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p.1
CAPÍTULO 1: Os entraves ao crescimento no início da década de 50 e a dinâmica de governo.	p.3
1.1 A eletricidade.	p.5
1.2 O petróleo.	p.7
1.3 Os órgãos governamentais de apoio ao desenvolvimento.	p.9
CAPÍTULO 2: Noções de planejamento e ortodoxia aplicadas ao governo Vargas	p.12
2.1 Planejamento de governo.	p.13
2.1.1 A presença do Estado como agente direto do desenvolvimento.	p.16
2.1.2 O incentivo indireto.	p.19
2.2 Vargas: ortodoxo ou heterodoxo?	p.22
CAPÍTULO 3: O papel da Assessoria Econômica no governo Vargas.	p.30
3.1 A estrutura da Assessoria.	p.30
3.2 O funcionamento da Assessoria.	p.33
3.3 A visão dos integrantes da Assessoria quanto a um projeto de governo.	p.37
CONCLUSÃO	p.40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p.41
ANEXO QUALITATIVO	p.43
ANEXO QUANTITATIVO	p.52

INTRODUÇÃO

Em 27 de janeiro de 1951, Getúlio Vargas assumiu novamente a faixa de Presidente da República do Brasil com uma grande diferença em relação ao acontecido em 1930: na eleição de 3 de outubro de 1950, o seu poder foi legitimado de forma democrática com 48,7% dos votos.

Os anos de governo que se seguiram foram breves, mas muito ricos em acontecimentos que seriam decisivos para o futuro do país como a criação da Petrobrás, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e tantas outras realizações marcantes deste quadriênio.

A figura de Vargas até hoje é muito discutida entre historiadores, economistas, políticos e outros tantos que estudam os períodos em que ele esteve no poder. Suas atitudes e posições tomadas durante o tempo em que governou o país, nos dois mandatos, nem sempre foram entendidas de forma clara ou obedeceram, necessariamente, uma corrente ideológica pré-determinada. Isso abriu margem para diferentes abordagens das realizações do seu tempo na presidência seja de um ângulo político, econômico ou social.

Embora se admita, na maioria das vezes, tratar-se de governo empenhado com o desenvolvimento capitalista do Brasil — e, portanto, voltado à consolidação e aprofundamento da dominação burguesa —, existem interpretações, muitas vezes conflitantes, no que diz respeito à forma pela qual procurava alcançar seus objetivos. Tais interpretações divergem quanto a seus reais propósitos em diversas áreas, à sua política econômica, às alianças políticas sustentadoras e opositoras ao governo e também à sua ideologia. Alguns dos pontos mais discutidos são o fato de Vargas ter sido ou não um político de visões ortodoxas em relação à economia e se ele tinha ou não um plano de governo para dirigir um país em vias de se industrializar de forma mais contundente. Autores como Pedro Cezar Dutra da Fonseca, Sérgio Besserman Vianna, Maria Antonieta P. Leopoldi e outros são alguns dos que vamos encontrar nesta monografia, cada um com uma visão diferente do mesmo período histórico.

É no meio deste turbilhão de opiniões divergentes que este trabalho tem lugar. Buscamos argumentar que Vargas tinha uma estratégia de governo

desenhada e que, na maioria das ocasiões, ele tomou medidas à frente do seu tempo no que tange o domínio político-econômico. Além disso, suas decisões foram quase sempre amparadas pelo conhecimento técnico dos integrantes da Assessoria Econômica, órgão de extrema importância para o planejamento estatal, que terá sua participação no governo Vargas aclarada no trabalho.

A monografia está dividida em três partes: a primeira sobre o momento político-industrial vivido pelo país quando da subida de Vargas ao poder em 1951 e uma breve descrição das mudanças realizadas por ele neste cenário; a segunda sobre as noções de ortodoxia e de planejamento econômico propostas e como o governo Vargas se enquadra nestas definições; e, por fim, a terceira sobre o papel importante da Assessoria Econômica durante o Segundo Governo Vargas.

CAPÍTULO 1: Os entraves ao crescimento econômico no início da década de 50 e a dinâmica de governo.

Quando Vargas chegou ao poder pela segunda vez encontrou um Brasil bem mais industrializado, porém carente de fontes de energia para sustentar um crescimento mais amplo da sua indústria. O carvão ainda era a principal fonte de energia, mas a eletricidade e o petróleo começavam a se desenhar como imprescindíveis para o desenvolvimento industrial que já havia começado. Passos maiores em direção à industrialização dependiam disto. Era a transição de um Brasil essencialmente agrário para um Brasil de indústrias e de progresso e que para isso precisava, sobretudo, de investimentos ordenados para desatar os gargalos que implicavam nesta mudança.

Além disso, o caso brasileiro ainda tinha uma peculiaridade, pois a energia elétrica, que, junto com o petróleo, era um ponto essencial deste nó a ser desatado, estava nas mãos do capital estrangeiro. Este, a princípio, não tinha interesse em realizar as inversões que garantiriam uma maior oferta de energia no país criando o fôlego necessário para o crescimento desejado. Tais inversões eram muito vultosas e o retorno da aplicação era de longuíssimo prazo, tornando-as desinteressantes para os investidores internacionais que visavam um lucro mais rápido em seus negócios.

Diante deste quadro, era cada vez mais patente a necessidade de uma presença mais efetiva do Estado como agente financiador para garantir que este ciclo de desenvolvimento acontecesse. E, desta forma, crescia também a importância de um direcionamento correto para os gastos do governo e o planejamento destes últimos. Conforme expressa Melo et al. (1994, p. 226), no trecho abaixo,

O problema era que o desenvolvimento industrial do Brasil tinha que fazer uma transição direta da lenha para o petróleo e a eletricidade; e a construção deste sistema energético moderno esbarrava na incapacidade do capital privado nacional de mobilizar volumosos recursos financeiros necessários a empreendimentos de longa maturação e risco elevado, como é o caso do setor energético. Só o capital internacional ou o Estado estavam em condições de promover aqueles investimentos.

Esta dificuldade era ainda maior, pois o cenário externo também não era favorável e não se podia esperar por inversões externas de capital. O mundo vivia às voltas com a reconstrução pós-segunda guerra, por isso, restaria ao poder público ser a força motriz destes investimentos.

Este era o preço a se pagar para uma transição tão drástica e profunda na matriz energética. Segundo o próprio Vargas, em discursos citados no texto de Fonseca (1987), fazia-se necessário que o Estado investisse no setor e que não poupasse recursos para tal. Era preciso abrir caminho para que os investidores de menor instância conseguissem realizar novos projetos desenvolvimentistas. Assim, a partir do novo modelo energético, seriam criadas mais possibilidades de acelerar o ciclo virtuoso do desenvolvimento. Ainda segundo Getúlio, a tarefa era árdua, mas não podia ser postergada e devia ser abraçada urgentemente por quem estivesse no poder.

É desta forma que Getúlio herdou o Brasil após as eleições e desde o início se viu às voltas, não só com o problema energético, mas também com os de infra-estrutura e transportes. Além disso, o clima político não era fácil, já que, dada a amplitude dos investimentos a serem realizados, todos no Congresso e nos estados da federação queriam uma parcela ainda maior de atenção do governo central. Diante deste quadro, nem sempre era possível agradar a todas as vertentes ideológicas presentes no Congresso Nacional.

Isto porque o projeto de Vargas tinha que abarcar diferentes camadas da sociedade em prol do desenvolvimento e havia grande fragmentação na esfera política do país, representada por três grandes partidos políticos.

A União Democrática Nacional (UDN) era o principal partido de oposição e com grande representatividade nas capitais. Segundo Fonseca (1987), a UDN defendia essencialmente a burguesia agrária e compradora, era saudosa da antiga divisão internacional do trabalho e tradicionalmente avessa às propostas do então presidente.

O Partido Social Democrático (PSD) era o maior partido nacional na época. Apesar de ter sido fundado por Vargas, se aproximara da UDN com o Acordo Interpartidário, de 1947, para fazer oposição ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), e assim, sustentar o governo Dutra, recém

eleito. Ainda segundo Fonseca (1987), mesmo que alguns de seus componentes mantivessem admiração por Getúlio, outros faziam uma oposição ainda mais agressiva do que os partidários udenistas.

O PTB era o partido de Vargas que, depois da proibição e fechamento do PCB, tinha alcançado o status de terceiro maior partido nacional. Era na sua base que Getúlio encontrava apoio para suas propostas.

Neste quando ainda havia a presença dos partidos menores, que tinham suas representações no Congresso.

Diante deste cenário político, Vargas teve que agir de forma extremamente hábil para lidar com os deputados e senadores de oposição e conseguir aprovar seus projetos.

1.1 A eletricidade

De acordo com Melo et al. (1994) a energia elétrica foi alvo de um programa muito intenso de governo. Quando Vargas chegou ao poder em 1951, uma única empresa, a canadense Brazilian Light and Power, detinha metade da capacidade instalada e 62% da geração de energia elétrica no País. A concorrente mais próxima, a Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB), uma empresa brasileira, mas controlada pelo grupo americano Bond and Share Company respondia por 13% e 16% da capacidade instalada e da geração de energia respectivamente. O resto estava por conta de 15 pequenas empresas, entre elas algumas estatais. O Brasil vivia então um monopólio na área, e a tarefa era abrir este mercado e investir na geração de energia.

O discurso de Vargas, a seguir, aponta o seu objetivo quanto à produção de energia. Podemos ver aqui que a finalidade era maior do que o aumento da produtividade energética; era uma questão de soberania nacional.

"[...] energia abundante e produzida a baixo custo, para a expansão e intensificação das indústrias, elevando-nos da condição semi-colonial de país fornecedor de matérias-primas para o nível dos que manufaturam as suas próprias riquezas e exploram suas reservas" (VARGAS, 1951, Apud: FONSECA, 1987, p.422).

Pelo curto espaço de tempo das realizações de Vargas alguns números chegam a impressionar. Ainda segundo Melo et al. (1994), a capacidade de geração de energia das empresas estatais que era de 6% em 1946, atingiu 17% em 1955. Cabe destacar que em 1953, 50% da capacidade de geração em construção pertenciam ao Estado, seja sob poder da União ou dos estados.

A intervenção aconteceu de vários lados, seja na esfera estatal, como no caso da criação da Cemig, como pelo poder federal, no caso de Furnas e Chesf. Como os investimentos em energia elétrica demoram 10 anos em média para maturação, os resultados destas inversões feitas neste quinquênio só puderam ser sentidos mais tarde, mas sem dúvida foram de vital importância para o desenvolvimento posterior que o país viveu.

Os esforços de Getúlio foram muitos neste sentido, porém, ele não viu o seu projeto mais importante para o setor ser levado a cabo, o da Eletrobrás. O projeto não foi aprovado pelo Congresso com a rapidez que Vargas gostaria, e por fim, a criação da holding de energia elétrica extrapolou seu mandato.

O projeto de criação da Eletrobrás, que era ponto crucial do Plano Nacional de Eletrificação, só foi implementado em 1962, apesar de ter sido mandado ao congresso em 1954. A proposta inicial era de fundar uma empresa de economia mista com capital de três bilhões de cruzeiros e, simultaneamente, criar o Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE), encarregado de financiar parte dos investimentos que a holding precisaria para se manter.

A empresa seria o grande agente responsável por pensar o desenvolvimento do mercado de energia elétrica do Brasil da sua criação em diante. Mesmo assim, entre 1948 e 1954, a capacidade instalada de geração de energia aumentou em 70 %¹. Este mesmo problema a Petrobrás não viveu quando da sua criação e pode ser tida como uma vitória de Getúlio ainda em vida.

¹ Cf: Figura 1, anexo quantitativo.

1.2 O petróleo

Outro ponto crucial para tratar o gargalo energético foi o petróleo. Assim como no caso da energia elétrica, havia uma demanda no Brasil muito superior a oferta. Segundo Leopoldi (1994), o petróleo já era o primeiro item da lista de importações brasileiras. Para um país que visava o crescimento pelo desenvolvimento de sua indústria este era um entrave que devia ser combatido como prioridade.

O ritmo de crescimento do consumo de petróleo era acelerado. Segundo Leopoldi (1994), o consumo que era de 6,4% ao ano na década de 1931/40, pulara para 19,5% no quinquênio de 1946/50 e, somente de 1949 a 1950 cresceu 22,3%. Além disso, com o crescimento almejado, a tendência era de que o petróleo fosse cada vez mais utilizado em várias instâncias.

Para tratar o problema, mais uma vez a solução proposta foi a criação de uma empresa de economia mista que regularia o mercado de petróleo: a Petrobrás. A concepção da Petrobrás teve várias peculiaridades, desde sua tramitação no congresso até o apoio inesperado da UDN, partido de oposição a Vargas, para que a empresa fosse composta de capital 100% nacional.

Em 1951 já se sabia da disposição do governo para criar tal empresa que, segundo discurso de Vargas seria da seguinte forma:

“Para solucionar em bases nacionais o problema do petróleo, propôs o Governo a criação da Petróleo Brasileiro S.A., na qual, sob efetivo controle do Estado, se poderão associar subsidiariamente capitais privados, em limites definidos, para contemplar os recursos ao programa nacional do petróleo e dar caráter à grande organização da produção”. (VARGAS, 1951, Apud: FONSECA 1987, p. 416)

Quando o projeto foi lançado houve muitas manifestações contra chamando-o de entreguista por conta da abertura ao capital privado, era a campanha do “O petróleo é nosso”. Muitos, entre eles os militares, consideravam o petróleo como um item de segurança nacional e não gostariam de vê-lo nas mãos de estrangeiros.

Segundo Leopoldi (1994), a UDN, que sempre buscava se opor à Vargas, tentou por sua vez se aproveitar do conflito e de uma vez só agradar os militares e a opinião pública apoiando a criação da empresa desde que fosse composta inteira e unicamente pelo capital estatal. Ao fazer isso, os udenistas não perceberam que o objetivo maior não era a origem do capital, mas a criação ou não da empresa que seria um impulso produtivo para a indústria. Portanto, longe de impedir as aspirações de Vargas, a manobra acabou sendo um tiro no pé devido ao sucesso que foi a aprovação do projeto.

A Assessoria Econômica, órgão responsável pela elaboração do projeto e que será tratada com exclusividade em capítulo posterior, teve de ser muito engenhosa ao enviar a proposta ao Congresso e o fez em duas etapas.

Primeiro era preciso levantar a quantia necessária para executar a ideia. Existia um projeto de lei em tramitação no Congresso para a criação de um imposto sobre derivados do petróleo. Os recursos conseguidos iriam inicialmente direta e integralmente para a manutenção de rodovias. Um substitutivo na lei fez com que 25% desta tarifa fosse destinada ao Conselho Nacional de Petróleo. Em novembro de 1952 o projeto com as mudanças transformou-se na Lei nº 1.749, criando fundo essencial para o desenvolvimento futuro da Petrobrás.

A segunda parte foi enviada ao congresso em 6 de dezembro de 1951, não sem antes passar por pelo menos 10 revisões feitas pelo próprio Vargas, pelo crivo dos militares e até mesmo do juiz Santiago Dantas (Leopoldi 1994, p15). No Congresso o projeto correu com relativa rapidez, dado o rebuliço criado na mídia, e foi sancionado por Vargas em 3 de outubro de 1953, transformando-se na Lei nº 2004.

Assim nasceu a Petrobrás, com o seguinte patrimônio segundo Melo et al. (1994):

- a frota nacional de petroleiros (22 navios com 230 mil toneladas de porte bruto);
- o terminal de Madre de Deus na Bahia;
- a refinaria de Mataripe na Bahia (5 mil bpd);

- a refinaria de Cubatão, em construção no estado de São Paulo (45 mil barris por dia).

Aquisições ainda modestas frente ao desafio que seria o de transformar a atrasada matriz energética brasileira, mas um início promissor. Só entre 1950 e 1956 o refino de petróleo no país em mais de 7500%.²

1.3 Os órgãos governamentais de apoio ao desenvolvimento

Para realizar estes projetos Vargas criou órgãos governamentais que diminuiriam a distância entre o governo e os setores mais dinâmicos ligados à burguesia industrial e aceleraram os trâmites e investimentos no setor.

Os dois sustentáculos maiores do desenvolvimento foram a Assessoria Econômica e o Ministério da Fazenda. Ao assumir Getúlio escolheu um corpo essencialmente técnico para preencher as vagas destes órgãos agentes do desenvolvimento industrial. A partir deles foram se formando novos organismos que agilizaram o crescimento no setor industrial.

Segundo Leopoldi (1994), foi na Assessoria Econômica onde nasceram os projetos da Petrobrás e Eletrobrás além do Banco do Nordeste e do Plano Nacional do Carvão. Rômulo de Almeida foi o escolhido para assumir a direção deste órgão e foi ele quem elegeu um corpo técnico especialmente voltado para planejamento, indústria, energia e mineração.

Outro membro importante foi Jesus Soares Pereira, que mais tarde também foi presidente da Assessoria. Estes últimos e os demais integrantes deste órgão são detalhados no capítulo posterior. Cabe adiantar que a orientação econômica dos integrantes era considerada nacionalista não-ortodoxa já que admitiam a participação, com algumas restrições, do capital estrangeiro em empreendimentos de infra-estrutura criados pelo Estado.

Foi no Ministério da Fazenda onde surgiram duas agências que serviram para captar os recursos destas mudanças na indústria e na energia, e também a pensar neste desenvolvimento com clareza. Estas agências foram: a Comissão

² Cf: Figura 2 no anexo quantitativo.

Mista Brasil – Estados Unidos (CMBEU) e a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI).

A CMBEU foi criada ainda em 1950, durante o governo Dutra e serviria para desenvolver recursos técnicos que trariam recursos para o reequipamento econômico do Brasil em troca da garantia de matérias primas brasileiras consideradas importantes para os EUA.

Quando as discussões foram retomadas em 1951, o então Ministro da Fazenda, Horácio Lafer, usou os projetos estabelecidos pela comissão para criar um plano quinquenal chamado de Plano de Reaparelhamento Econômico. Este plano iria usar o dinheiro captado no exterior, advindo dos empréstimos feitos nas agências financiadoras americanas, e os recursos captados no próprio país, resultantes do acréscimo de 15% no imposto de renda. Desta forma, foi criado o Fundo de Reaparelhamento Econômico, que serviria para patrocinar as mudanças do governo.

Para gerir este fundo foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Dos 500 milhões de dólares em recursos estrangeiros com que o projeto inicial de Lafer contaria, só chegaram ao Brasil 162 milhões e foram destinados, sobretudo, à recuperação de ferrovias e à área de energia elétrica.

Segundo Leopoldi (1994), a CMBEU, que acabou em 1953 devido ao desinteresse americano em continuar patrocinando o desenvolvimento brasileiro, foi importante para obter os recursos do Banco Mundial e do Eximbank. Para as realizações almejadas pelo plano foram necessários formar e desenvolver uma equipe altamente técnica, criar um banco de desenvolvimento e realizar uma reforma fiscal importante.

A Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) foi criada em julho de 1951. Composta por industriais, militares e tecno-empresários, seu principal objetivo era unificar a política de industrialização do país. Para alcançá-lo, incentivou a criação e expansão de novos e fundamentais setores da indústria, capazes de dinamizar e antecipar a demanda existente no Brasil.

Para atrair capital, tanto estrangeiro quanto nacional, às áreas chaves do desenvolvimento, a CDI usou de incentivos como isenção tarifária para importação

de insumos, subsídio cambial, reserva de mercado e prioridade na remessa de lucros.

De acordo com Leopoldi (1994), participaram das reuniões da CDI ou de suas subcomissões específicas os industriais: Euvaldo Lodi (presidente da CNI); Luis Dumont Villares (setor da indústria siderúrgica e metalúrgica), Jorge Rezende (indústria de máquinas), Mariano Marcondes Ferraz (indústria de material ferroviário), Ricardo Jafel. Havia também militares com ligações com o setor industrial: Edmundo Macedo Soares (siderurgia), Lúcio Meira, Carlos Berenhauser Júnior e Joelmir Campos do Araripe Macedo (Subcomissão de Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis). Por fim, os tecno-empresários que eram gerentes de grandes empresas, em geral estrangeiras, consultores técnicos e assessores do governo em vários outros organismos, como: Augusto Frederico Schmidt, Ary Torres e Luiz Simões Lopes.

A CDI também elaborou o Plano Geral de Industrialização em 1952. Foi através dele que foram estabelecidos como prioridade os investimentos em energia elétrica e petrolífera, além de indústrias químicas, metalúrgicas e de alimentos. Este foi um órgão muito importante para reaproximar o governo dos industriais; era um lugar onde todas as classes interessadas na industrialização do país se reuniam para decidir os futuros investimentos brasileiros para o setor. Órgãos como a Comissão Executiva da Indústria Automobilística e a Comissão Executiva da Indústria de Material Elétrico foram alguns dos criados neste âmbito para orientar os investimentos.

Foi neste ambiente que Getúlio, além de montar seus órgãos de governo voltados para planejar o crescimento, tentou criar uma política econômica nacional que favorecesse este esforço de desenvolvimento. Para isso foram empregadas ferramentas de política econômica, que podem ser consideradas, ou não, ortodoxas dependendo da abordagem utilizada.

CAPÍTULO 2: Noções de planejamento e ortodoxia aplicados ao governo Vargas

Antes de classificar Vargas como ortodoxo, heterodoxo ou saber se ele tinha, ou não, um plano de governo, devemos deixar claro que corrente ideológica defendia como governante, pois grande parte do trabalho é baseado em discursos de Getúlio.

Vargas sempre defendeu o populismo, independente da época em que esteve no governo, mas depois de 1943, ele “criou” uma nova vertente populista ao se aproximar do trabalhismo: o populismo-trabalhista.

Convém, antes de tudo, lembrar que o populismo aqui é visto como uma corrente ideológica e não um comportamento político pejorativo mais utilizado nos dias atuais. Segundo o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro temos a seguinte definição de populismo:

O termo "populismo" é um dos mais controversos da literatura política, possuindo várias conotações. De modo geral, contudo, o termo tem sido utilizado, no Brasil e na América Latina, para designar a liderança política que procura se dirigir diretamente à população sem a mediação das instituições políticas representativas, como os partidos e os parlamentos - ou ainda contra elas - apelando a imagens difusas como as de "povo", "oprimidos", "descamisados", etc.

Segundo Fonseca (1987), o populismo-trabalhista só aconteceu com Vargas e foi marcado por várias nuances próprias. Os sermões de Getúlio tinham características marcadamente populistas. Neles Vargas se dirigia direto ao povo dispensando organismos intermediários, se despreendendo dos rótulos do seu partido, dando muitas vezes a impressão de que era inclusive maior do que este último.

Entretanto, além do populismo, o viés trabalhista também estava presente. Ele pode ser notado através de discurso carregado de críticas às minorias poderosas, pela defesa da democracia, do planejamento, da ação estatal, do trabalho e, sobretudo, dos fracos e oprimidos. Com este discurso, Vargas buscou reunir em torno de si todas as classes sociais para consolidar o seu governo.

Como destacado por Fonseca (1987), apesar do tom pró-classe operária, o populismo trabalhista em nada se assemelha ao comunismo ou socialismo, uma vez que seu objetivo maior era manter o capitalismo, mesmo que ocasionalmente parecesse favorecer os mais “oprimidos”. O populismo trabalhista garantia que o sistema continuasse a explorar a mão-de-obra assalariada atuando, segundo o autor, como a forma mais eficaz de combate ao comunismo.

Por tudo isso, o discurso populista é caracterizado como ambíguo, pois busca abarcar todas as classes em torno de um projeto comum de governo, seja ele qual for, sem nunca abandonar as suas raízes capitalistas. Isso cria distorções, pois mesmo pregando uma melhora para as classes operárias, nunca as realiza, gerando descontentamento.

Ao mesmo tempo, como muitas vezes a retórica parece totalmente contra a dominação burguesa, mesmo não sendo, o investidor capitalista também se sente contrariado e percebe, com mais dificuldades, as benesses que o sistema lhe traz. A consequência disso é que, por muitas vezes, o líder populista acaba isolado politicamente.

Esclarecida a vertente política de Vargas podemos nos indagar sobre seus métodos de governo e discutir seu projeto para o país.

2.1 O planejamento de governo

Desde o início de sua candidatura vemos nos discursos de Vargas uma preocupação constante com o desenvolvimento nacional como um todo. O foco maior sempre foi a indústria, mas a ideia é que ela fosse a locomotiva de todo o resto. O desenvolvimento industrial modernizaria a agricultura e desenvolveria o mercado interno e estes promoveriam, por sua vez, melhorias na malha de transportes. Assim, seriam criados mais empregos estabelecendo um círculo virtuoso de crescimento do país. A citação seguinte esclarece o que pensava Vargas sobre o assunto.

“Em última análise, [...]. Urge retomar o programa de amparo a industrialização progressiva do país, dando-se prioridade as indústrias de base que

ofereçam melhora perspectivas de êxito entre nós; imprimir novos impulsos à exploração das nossas fontes de energia pelo amparo decisivo à produção de carvão e subprodutos; pela fixação de uma política de Estado relativa às nossas reservas petrolíferas; pelo incremento da produção e uso da energia elétrica com o caráter pioneiro de vanguardeira do progresso no interior do país, [...]. Cumpre cuidar seriamente do nosso sistema de transporte, em mar e ar; de prospecção e exploração intensiva das nossas jazidas minerais; (VARGAS, 1951, apud: FONSECA, 1987, p. 365).

Vemos, no discurso supracitado, a preocupação com a melhoria da matriz energética do país, com um melhor aproveitamento das riquezas minerais e, mais importante, com uma ação coordenada para que tudo isso acontecesse da melhor forma possível, utilizando os recursos financeiros e humanos no seu máximo.

Segundo Leopoldi (1994), a ideia de Vargas, ainda em campanha, era criar um Ministério da Economia que seria responsável por levar a cabo as políticas desenvolvimentistas. Ele englobaria as pastas do trabalho, indústria, agricultura, comércio e fazenda, e o ministro da economia é quem daria a palavra final sobre qualquer tipo de investimento nestas áreas. Todavia, isso não aconteceu.

Contudo, fica patente que o objetivo central era que o planejamento e as ações do governo fossem norteados pela técnica e pela ciência e não por critérios político-partidários. A tentativa de era de pensar a economia nacional como um todo. Deste ponto de vista o Segundo Governo Vargas se apresentaria como um ponto de inflexão em relação às políticas que vinham sendo praticadas anteriormente.

É importante frisar que o planejamento econômico já era prática utilizada nos governos anteriores a este quadriênio. Segundo Ianni (1965), a crise de 1929 e a subida de Vargas ao poder em 30 formam um marco para a história do planejamento econômico no país. A partir desta época, a burguesia urbana brasileira teve oportunidade de propor um novo modelo econômico para o Brasil, baseado em planejamento e urbanização.

Ainda segundo o autor, neste intermédio, entre 1930 e 1951, o Brasil passou por tentativas de planejamento estatal. Os ensaios foram feitos com o Conselho Nacional de Comércio Exterior em 1934 e o Plano SALTE de Dutra em 1947, entre outros.

A partir do início dos anos 50 começou a ser construída uma estratégia de industrialização que, concomitantemente, buscava um desenvolvimento harmonioso

das partes que formavam a sociedade da época. As decisões deveriam ser tomadas com parcimônia para não prejudicar o desenvolvimento global da economia.

A agricultura, a indústria, os empregados, patrões e todos os outros componentes da sociedade brasileira de então eram vistos como um só bloco, sem fragmentação. Segundo Draibe (2004), o Estado seria o centralizador dos comandos e uma estrutura técnico-administrativa foi criada para dinamizar as decisões. O intuito era realizá-las sob a égide da razão e não da emoção presente em cada um dos políticos representantes das diferentes bancadas do congresso.

As muitas comissões que foram surgindo ao longo do governo tinham características muito peculiares. Isso porque a visão do governo agora era pontuada pela vontade de ver o todo evoluir em conjunto. A Comissão Nacional de Política Agrária, por exemplo, era presidida pelo ministro da Agricultura, mas era integrada por representantes dos ministérios da Fazenda, Saúde e Educação, Justiça, Negócios do Interior, Trabalho, Indústria e Comércio. Todos tomavam parte nas decisões e a maioria dos integrantes, embora vinculados a ministérios, tinha uma formação muito mais técnica do que política.

Está claro que não havia um plano palpável, físico, mas havia uma conjunção de ideias e ideais que eram conexas e que para, os cidadãos da época, tinham um sentido comum: o desenvolvimento a todo custo. Segundo Fonseca (1987), não se tratava de um projeto neste sentido estrito, mas havia sim um plano que ficou claro. As ações do governo e o modo como atuava na economia deixavam isso patente. O Estado não era um mero “administrador de caixa”, pelo contrário, propunha e executava medidas de grande envergadura na direção do fortalecimento do desenvolvimento capitalista.

Como a meta do projeto era o desenvolvimento de todo um país, as realizações tinham que acontecer em diversos nichos da sociedade tanto rural quanto urbana. Segundo Draibe (2004), houve uma série de ações tomadas em conjunto. Foram elas: um programa de desenvolvimento capitalista da agricultura, investimentos na industrialização pesada, um projeto de desenvolvimento urbano com o objetivo de aumentar a integração entre o campo e a cidade, além de políticas de bem-estar social voltadas para as massas trabalhadoras urbanas.

Existe também a visão exposta por Vianna (1990), mas descartada por nós ao longo deste ensaio devido à exposição dos fatos que veremos adiante. Segundo ele, Vargas teria adotado uma política ao “estilo” Campos Salles / Rodrigues Alves, segundo a qual primeiro era necessário sanear para depois crescer. A ruptura estaria justamente na troca de ministério acontecida em 1953. Esta é uma versão dos fatos dada por Horacio Lafer, primeiro ministro da Fazenda de Vargas, mas que soava dissonante em relação ao que era dito e executado pelo presidente na época.

Segundo os discursos de Getúlio presentes em Fonseca (1987), podemos ver que existia mais uma visão de crescer “arrumando a casa”. A busca do desenvolvimento passava sim pelo ajuste do campo das finanças da nação, mas não podia esperar. Ambas as coisas deveriam acontecer simultaneamente. Podemos ver em Fonseca (1987), as mesmas ideias presentes:

Não se tratava, em sua visão, de primeiro sanear para depois crescer; [...], com mais realce defendeu a continuação da política de crescimento, a qual deveria ser compatibilizada com a solução dos problemas financeiros. Não devendo ser abandonado, o objetivo de desenvolvimento continuaria a ser perseguido; (FONSECA, 1980, p. 381)

Podemos dizer que o desenvolvimento experimentado neste quadriênio foi baseado em cinco grandes premissas citadas por Draibe (2004), e que são tratadas mais especificadamente a seguir:

- i) Industrialização: Utilizando-se do capital público e privado para investir em infra-estrutura e indústrias de base.
- ii) Capitalização da agricultura: modernização rural criando empresas agrícolas e um sistema de armazenamento e comercialização de grande porte.
- iii) Distribuição de renda.
- iv) Organização do sistema de crédito unido a uma maior eficácia na arrecadação tributária.
- v) Política externa: direcionamento do capital produtivo entrante e limitação às remessas de lucros.

2.1.1 A presença do Estado como agente direto do desenvolvimento

Em 1951 o então ministro da Fazenda, Horácio Lafer, lançou o Plano Nacional de Reparcelamento Econômico (PNRE). Segundo Leopoldi (1994), tratou-se de um plano quinquenal em prol da industrialização e da modernização da agricultura. O foco eram transportes, energia e indústria de base. A partir do PNRE é que se criou o Fundo de Reparcelamento Econômico que, por sua vez, originou o BNDE. A instituição foi criada para gerir este fundo e promover os investimentos percebidos como fundamentais para eliminar gargalos que impediriam o crescimento do país. As inversões, neste caso, seriam feitas pelo governo deixando claro que Vargas era a favor de uma forte participação do Estado na economia.

Por conta desta vontade de um Estado mais presente na economia, sobretudo na indústria, o governo Vargas recebeu inúmeras críticas e foi taxado muitas vezes de estatizante e intervencionista. Também foi rotulado como “pró-industrial” e “anti-agrícola”, o que foi na realidade uma verdadeira injustiça, como veremos mais adiante. A verdade é que o projeto de governo estava além da visão imediatista das coisas.

Os investimentos feitos pelo Estado e as estatizações promovidas na época foram realizadas em áreas onde o setor privado não tinha interesse ou montante de capital suficiente para iniciar a inversão. Isso foi uma constante quando se tratava de pontos de estrangulamento cruciais tais como energia elétrica e petróleo. Na visão de Getúlio, o Estado deveria estar presente para ajudar desbaratar os maiores nós do crescimento quando ninguém mais pudesse ou quisesse fazê-lo, como pode ser observado nos discurso seguinte:

“Ora, mesmo nos setores em que, tradicionalmente, o Estado brasileiro se tem abtido de atuar de forma direta, a iniciativa privada, nacional ou estrangeira, mostra-se desinteressada em aplicar-se na supressão daqueles pontos de asfixia. O Poder Público vai sendo compelido, portanto, em face das circunstancias, a assumir novos encargos para os quais se esforça por se aparelhar adequadamente”. (VARGAS, Apud FONSECA, 1987, P.366)

“A multiplicação dos empreendimentos governamentais não representa um preconceito político ou um desfavor à iniciativa privada. Ao contrário, vem ampará-la. As

inversões básicas não podem esperar. Se os particulares não as fazem, ao menos em tempo útil, cabe ao Estado fazê-lo". (VARGAS, 1952, Apud: FONSECA, 1987, p.368)

Os projetos de investimento do governo em infra-estrutura e nas indústrias de base buscavam não só atender a demanda da época, mas a superá-la. Isto eliminaria os futuros gargalos e criaria espaço para os investimentos privados, tanto nacionais como internacionais, atuarem.

O governo Vargas tinha como objetivo investir nos bens de produção para aumentar e qualificar a produtividade nacional, tornando-a cada vez mais independente do exterior. Isso requeria muita habilidade de negociação por parte do governo, pois o Brasil ainda era dependente de matérias primas e máquinas estrangeiras, não podendo criar barreiras para sua entrada. Estas tinham que ser adquiridas a preços razoáveis. Ao mesmo tempo, ainda era preciso proteger, através de taxas e da proteção aduaneira e cambial, setores que tinham uma maior vulnerabilidade externa, como o têxtil ou de fármacos. Isso tudo, sem criar constrangimentos com os investidores estrangeiros.

O objetivo não era banir o capital estrangeiro do jogo, mas criar uma indústria com uma autonomia suficiente. Ela teria assim, maior poder de decisão sobre o capital que seria investido no país. Desta forma, os recursos seriam mais facilmente direcionados para pontos importantes do desenvolvimento industrial interno. Em suma, segundo Vargas em discursos presentes em Fonseca (1987), devíamos produzir bem a despeito da participação do capital estrangeiro; se ele viesse para ajudar, melhor, se não, não deveria atrapalhar.

Em 1952 a CDI apresenta o Plano Geral de industrialização do País que dividia a indústria em três grandes grupos: a indústria de infra-estrutura, de base e de transformação. Segundo Draibe (2004), foram adotados três conceitos ou critérios para priorizar os investimentos em cada uma dos ramos industriais existentes no país. Inicialmente, o conceito estrutural, ou seja, o quanto uma determinada indústria era importante para garantir a unidade econômica do país.

Em seguida, o conceito conjuntural, que estava relacionado ao fato de existirem condições mais ou menos favoráveis para o desenvolvimento de uma indústria ou mercado no país.

Por fim, o conceito cambial, que avaliava as condições de dependência externa para o desenvolvimento de dada indústria. Estes três conceitos juntos definiam onde e com que urgência o governo iria investir num setor específico da indústria nacional.

Os métodos utilizados pelo governo para proteger e incentivar a indústria nacional eram em primeiro lugar a diminuição ou isenção, ou aumento no caso das indústrias estrangeiras, de tarifas, impostos e a proteção aduaneira.

Além disto, havia também a política cambial da Carteira de Importação e Exportação (CEXIM), que definia as licenças prioritárias para as importações, formando reservas de mercado. As concessões para importações de matérias primas e equipamentos era medida de caráter assistencial que o governo por vezes adotava para ajudar as empresas indiretamente.

2.1.2 O incentivo indireto

Os incentivos também vieram de forma indireta. Como nos mostra Fonseca, (1987), o Estado criou, por exemplo, a Subcomissão de Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis, e reativou o programa de produção de tratores na Fábrica Nacional de Motores. Com isso a agricultura podia se modernizar buscando capitalizar cada vez mais a produção.

O salário mínimo também foi aumentado de forma considerável. Segundo Fonseca (1987), a razão para tal fato era que Vargas acreditava que as remunerações não deveriam baixar. Ao invés disso, a produção é que deveria aumentar barateando o custo dos bens de consumo.

Durante o governo Dutra (1946-1951), os salários ficaram estagnados durante três anos e só voltaram a ser reajustados com a subida de Vargas ao poder. Porém, este acréscimo inicial não aumentou, de fato, o poder de compra do salário, mas nivelou-o ao de 1940. Apesar disso os aumentos nominais foram consideráveis,

chegando à 300% no Rio e em São Paulo³. O acréscimo nominal foi significativo e pode ser visto na tabela 10 do anexo quantitativo. (FONSECA, 1947. p 442)

Podemos ver então uma vontade de manter os níveis salariais e distribuir renda não só pela remuneração ao trabalhador, mas também pelo barateamento da produção. Os ganhos de escala possibilitariam ainda mais acesso aos bens de consumo, que levariam a um aumento do emprego, que geraria mais assalariados. Mais uma vez, está presente o conceito de desenvolvimento através de um círculo de crescimento.

O governo Vargas também foi marcado por uma política expansionista do crédito. Tanto o crédito à indústria quanto o crédito rural cresceram no período. Getúlio acreditava no crédito como fomentador do desenvolvimento e, embora seu discurso fosse marcado por um tom de austeridade quando se falava no assunto, suas ações demonstravam um grande interesse em que a disponibilidade de crédito não diminuísse e, na verdade, aumentasse.

Tanto que, em 1951, ele criou o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, mais um agente fornecedor de crédito para o crescimento. Também foram criados o Banco do Nordeste e o Banco de Crédito do Amazonas, que eram fornecedores de recursos regionais. Além disso, havia o BNDE como principal fornecedor de crédito para as indústrias em desenvolvimento e para os projetos governamentais. O pensamento, mais uma vez, é que a crise deveria ser combatida com crescimento e não com restrições para garantir metas de inflação.⁴

“Quando, porém, a sociedade atinge a um grau de desenvolvimento em que as iniciativas individuais se multiplicam, se entrelaçam e se tomam cada vez mais interdependentes, as atividades econômicas se caracterizam pelas classes e categorias profissionais que se dedicam à formação da riqueza social. Não se verificam mais as relações simples e arbitrárias entre banqueiro — de um lado — e o lavrador, o industrial, o comerciante e o trabalhador — do outro. Estamos diante de relações complexas, entre o sistema bancário e a lavoura, a indústria, o comércio e os trabalhadores em geral. O crédito, torna-se, então, Institucional”. (VARGAS, 1951, apud: FONSECA, 1987, p.386)

Destacam-se, entretanto, as inúmeras vezes nas quais se desviou do pensamento dominante, julgando ineficaz a política de restrição creditícia para combater a inflação. (FONSECA, 1987, p.387)

³ Cf: tabela 10, anexo quantitativo.

⁴ Cf: FONSECA, Paulo César Dutra da. (1989). **Vargas: O Capitalismo em Construção, 1906-1954**. Brasiliense, São Paulo.

Como destacou Vianna, (1990), durante o Governo Vargas ainda houve uma crise cambial por conta da conjuntura externa. Devido aos conflitos da guerra da Coréia em 1953, houve uma grande escassez de divisas no país. Somou-se a isso o fato a “ilusão” de reservas cambiais que o Brasil viveu no primeiro semestre de 1951. Os números apontavam reservas internacionais numa importância que não se traduzia em realidade. A maioria das moedas em poder do Banco do Brasil não eram intercambiáveis, pois pertenciam a países da América Latina.

O primeiro semestre de 1951 encerrou-se com importações totais de US\$ 860 milhões, sendo US\$ 449 milhões em moedas conversíveis. As exportações totais foram de US\$ 827 milhões, ficando o saldo com a área conversível limitado a US\$ 40 milhões. O impacto sobre a posição cambial foi violento no tocante à redução das reservas em moedas conversíveis, o que se explica pela necessidade de financiar nestas moedas a maior parte dos encargos do balanço de pagamentos referentes à conta de serviços e capitais (ver tabela 5.1). As reservas em dólar que em março eram de US\$ 162 milhões, em julho estavam reduzidas a US\$ 43 milhões. Em 1º de agosto de 1951 o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) define instruções para que a CEXIM reintroduza um regime mais severo de licenciamento. (VIANNA, 1990, p126)

A posição cambial do país seguiu se agravando durante o ano de 1952. Em face disto, a equipe econômica do governo, com Osvaldo Aranha à frente, criou em 9 de outubro de 1953 um sistema de câmbio com cinco cotações da moeda para produtos importados. Dependendo do produto ou da transação na qual o dólar seria utilizado haveria uma cotação determinada. Era a Instrução nº 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC).

Com ela o Banco do Brasil voltou a ter o monopólio cambial e todas as divisas advindas de exportações voltaram a passar pelo banco. Além disso, a CEXIM foi extinta assim como o controle quantitativo de importações, que foi substituído pelo sistema de leilões cambiais. Neles os importadores compravam a moeda a diferentes cotações dependendo do bem ou insumo que desejavam importar.

Foram criadas assim cinco taxas de câmbio diferentes para importação de acordo com a essencialidade do produto a ser importado. Esta era uma forma de coibir as importações de supérfluos e priorizar as de bens de capital e insumos. Estes últimos eram de suma importância para o desenvolvimento industrial que o Brasil experimentava, meta maior do governo, mas só podiam ser adquiridos fora do

país. O órgão responsável pelos leilões passa a ser a CACEX (Carteira de Comércio Exterior).⁵

Desta forma foi conduzida a política econômica do segundo governo Vargas. Cabe agora fazer uma análise para saber se as medidas tomadas durante o período têm um caráter ortodoxo ou não.

2.2 Vargas: Ortodoxo ou heterodoxo?

A questão da ortodoxia no governo Vargas foi amplamente discutida por vários economistas e, antes de iniciar nossa análise sobre o tema, é importante deixar claro que padrões serão adotados para qualificar um projeto como ortodoxo ou não.

Em primeiro lugar é necessário dizer que Vargas e sua política econômica no Segundo Governo pertencem a um período determinado da história e devem ser vistos desta forma.

Seria injusto com o personagem, irreal como análise, pegar a sua política econômica e compará-la com o que se faz hoje neste aspecto. Extrapolando, seria o mesmo que pegar um gênio como Isaac Newton, que determinou a teoria da gravidade e compará-lo com qualquer professor de segundo grau de física dos dias de hoje. O professor já sabe das leis de Newton e ainda sabe da teoria da relatividade, de Albert Einstein, e de tantas outras e a genialidade do primeiro seria ofuscada, pois a originalidade do pensamento não mais existiria. Em resumo, para saber determinar a ortodoxia ou heterodoxia de um comportamento ou de um momento histórico é necessário estudar e compreender o período no qual ele tem lugar.

Da determinação acima vem a segunda regra que utilizaremos. Um comportamento só pode ser taxado de ortodoxo ou não em relação a outras atitudes tomadas em seu tempo. Mais uma vez exemplificando, se todos os países da Europa já fossem comunistas e Lenin propusesse a revolução russa ela com certeza

⁵ Cf: VIANNA, Sérgio Besserman. (Orgs). (1990). Duas tentativas de estabilização: 1951-1954. In: ABREU, Marcelo de Paiva. et al. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889 - 1989**. (pp. 123-150). Rio de Janeiro: Elsevier.

não teria a força e a dimensão que teve para a história mundial, tampouco seu caráter único. Do mesmo jeito as ideias de Vargas só podem ser rotuladas de acordo com as políticas existentes no período. Isto posto, podemos voltar a nossa análise da política econômica de Getúlio.

No capítulo anterior discorremos sobre como Vargas incentivou, direta e indiretamente, o crescimento industrial através de instrumentos econômicos clássicos como crédito, câmbio, balança comercial e política fiscal. Além disso, vimos também a visão que ele tinha sobre estas intervenções e em assuntos correlatos como inflação e emissão de moedas por exemplo. Resta saber então como estas medidas podem ser classificadas de acordo com as premissas estabelecidas nos dois primeiros parágrafos deste capítulo.

A forma de utilização do capital, tanto público quanto privado, para investir em infra-estrutura de base poderia ser visto como uma tendência de Vargas à heterodoxia.

Durante seu segundo governo, passou a direcionar estes recursos para as áreas de interesse da nação. O controle sobre o capital investidor, sobretudo estrangeiro, lhe valeu o rótulo de nacionalista e de ser contra as inversões privadas internacionais. O fato era que Getúlio queria abrir espaço para os investidores onde visse pontos de estrangulamento para o seu projeto de crescimento. Também queria que o capital entrante fosse produtivo e não especulativo ou fosse incentivar o consumo e desenvolvimento de supérfluos.

De acordo com Fonseca (1987), o desenvolvimento de supérfluos não era aceitável para o bem do seu plano. Isto também atrapalharia a construção de um Brasil com uma indústria robusta e dinâmica. Segundo o autor, enquanto seus contemporâneos, como Gudin e Bulhões, por exemplo, eram adeptos da teoria liberal, Vargas era a favor de um Estado mais presente e agente do desenvolvimento. Ele queria que o governo buscasse cobrir as lacunas que os investimentos privados não quisessem, ou não pudessem arcar.

Embora o projeto de Vargas buscasse o desenvolvimento industrial, ele nunca deixou de lado a agricultura, como foi pregado por muitos.

Primeiro porque seria um erro de estratégia já que uma grande maioria no Congresso permanecia, e permanece ainda hoje, ruralista. A governabilidade que não era fácil para Vargas seria ainda mais prejudicada se assim o fizesse.

Em segundo lugar, porque o Governo de Getúlio tinha aqui também uma visão diferente do assunto. Para ele a agricultura continuava sendo de suma importância para todos, mas ela deveria deixar de ter a exportação como meta maior. O escopo agrícola deveria ser o de abastecer com sobras o mercado interno e, conseqüentemente, a população brasileira. Tanto que, durante seu governo a agricultura cresceu durante todo o período. Em 1953 ela experimentou uma alta de apenas 0,2% em relação a 1952 por conta de uma forte seca vivida no país, mas ela já havia crescido 17% no ano anterior.⁶ Fonseca (1987, p 349) deixa isso claro na seguinte afirmação: “Torna-se claro por que a prioridade industrial não se opunha à proteção à agricultura: esta deveria complementar-se à primeira, ou melhor, suas funções econômicas deveriam torná-la capaz de harmonizar-se com o crescimento industrial”.

Além disso, no planejamento de Vargas a agricultura deveria se modernizar e crescer acompanhando o ritmo do setor industrial. Por isso, durante seu governo houve uma série de organismos e políticas que incentivaram e financiaram o crescimento agrícola. O Banco Rural e a subcomissão de jipes, tratores, caminhões e automóveis, que vimos anteriormente são exemplos disto.

“E, com base indispensável a qualquer trabalho sério, amparar e estimular a produção agropecuária sem a qual é vã e pernicioso qualquer veleidade de industrialização. Mesmo porque, sem os recursos da técnica moderna não é possível aumentar a produção individual do nosso homem do campo, de modo a libertar braços para a indústria. Impões-se fortalecer a atividade agrícola, pagando preços compensadores, fixando-se o homem ao campo e, assim, criar um vasto mercado interno, com capacidade aquisitiva ciente para absorver os produtos da indústria nacional cada vez melhores e mais numerosos”. (VARGAS, 1951, apud: FONSECA, 1987, p 349)

A visão de Vargas também destoava da maioria quando se falava de inflação e emissão monetária.

Neste aspecto, o discurso de Getúlio ia de encontro ao pensamento clássico ou neoclássico, mais difundido entre os economistas à época. De acordo

⁶ Cf: Tabela 6, anexo quantitativo.

com Keynes, os seguidores destas escolas de pensamento pregavam que era necessário estabelecer um nível de emissão adaptando-a ao volume físico da produção, e que aumentar ou diminuir a primeira alteraria o preço dos produtos no mesmo sentido.⁷

Keynes, por sua vez, acreditava que as emissões só poderiam influir nos preços após um dado momento em que houvesse pleno emprego e consumo e produção elevados. Ele era ainda contra a estagnação ou redução de salários para conter o consumo e segurar assim o nível de preços. Getúlio também pensava assim.

A ideia era sempre investir na industrialização, pois só assim o fenômeno da inflação não aconteceria. Isso só seria possível se houvesse produtos no mercado e uma oferta industrial que satisfizesse confortavelmente e antecipasse a demanda crescente da população. O crédito deveria estar cada vez mais presente e sempre direcionado para as funções que trariam aumento da produtividade da economia do país. Seja no campo ou nas cidades, ele ajudaria no desenvolvimento do Brasil. Novamente, Vargas tomava uma postura heterodoxa frente aos senadores e homens públicos do seu tempo. De acordo com Fonseca:

As ideias de Vargas colocavam-no bastante próximo a Keynes (crítica à teoria quantitativa da moeda, oferta monetária responsável pela inflação somente após determinado nível — pleno emprego? —, influência da oferta monetária principalmente sobre o nível de renda e não sobre o de preços). (FONSECA, 1987, p.384)

Ainda sobre o assunto, vemos a seguinte declaração de Vargas:

“Irving Fischer escreveu dentro do problema norte-americano e nos encontramos num país onde podemos verificar um subconsumo e uma subprodução. Muito longe de alcançarmos o ilimitado, precisamos produzir, e produzir muito, para a grandeza do nosso País e bem-estar do nosso povo.

Mas, Sr. Presidente, os bens, mercadorias e serviços existentes são suficientes para o povo brasileiro? Parece-me que não. Por mais que tenhamos edifícios, apartamentos, casas de moradia, faltam habitações para todas as classes. Por mais que tenhamos produtos industriais, se sobram em alguns setores, faltam em muitos outros. Por mais que tenhamos serviços de Estado e serviços públicos, faltam ainda, em quase todos os setores, estes elementos vitais para as necessidades do povo. Se há falta de bens, mercadorias e serviços ainda se podem desenvolver, estando, assim, muito longe do limite de saturação”. (VARGAS, 1951, apud: FONSECA, 1987, p 384)

⁷ Cf. KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda; Inflação e deflação**. São Paulo: Nova cultural, 1985.

À política fiscal, Vargas também deu uma atenção especial.

No primeiro ano ele não pode mexer no sistema tributário vigente, pois o havia herdado de Dutra (mesmo que quisesse sofreria grande oposição no Congresso). Mesmo assim, as arrecadações subiram em 42% em 1951 e mantiveram o mesmo superávit no orçamento da União em 1952. Mesmo os déficits de 1953 e 1954 ficaram próximos dos que aconteceram nos anos 40 e tiveram uma significância menor dado o volume arrecadado e gasto.

Na verdade os déficits acontecidos nos dois últimos anos de governo são consequência da já mencionada política de crédito expansionista levada por Vargas. Ao invés de despesas, estas podem ser consideradas investimento já que o governo financiou grande parte dos projetos desenvolvimentistas no período.⁸

Por último, mas não menos importante, cabe destacar a política cambial de Vargas.

Como dito anteriormente o Brasil e o mundo viviam um tempo de grande escassez de divisas. A atitude mais ortodoxa no momento seria de desvalorizar a moeda interna, incentivando assim as exportações. Isso desestimularia as importações, que muitas vezes eram benéficas para o desenvolvimento industrial, em troca de recuperar dólares no mercado internacional.

Em outras palavras, seria usar um cambio flutuante para recuperar o equilíbrio do balanço de pagamentos e sacrificar assim o plano de industrialização. O problema é que a desvalorização poderia gerar pressões inflacionárias. A tentativa de Getúlio foi muito mais interessante e peculiar e aconteceu em dois momentos distintos.

Segundo Vianna (1990), nos dois primeiros anos de governo as importações foram muito pouco cerceadas e a moeda foi mantida na paridade de 1938, o que fez com que as exportações sofressem um baque. O café, nosso maior produto de exportação na época, não sofreu tanto com esta política cambial, pois seu preço estava muito alto no mercado desde 1949 e foi o que garantiu o sucesso parcial desta manobra do governo.

⁸ Cf: Tabela 9, anexo quantitativo.

Esta postura garantia a entrada de bens de capital só conseguidos no exterior e que eram essenciais para a desejada melhoria industrial. Porém, em 1953, a crise do balanço de pagamentos se agravou. Com isso, todos pensavam que Getúlio adotaria medidas mais liberais em relação ao câmbio deixando as importações e exportações ao sabor do mercado.

Contudo, na contramão do pensamento econômico da época, ele optou, através de Osvaldo Aranha, seu Ministro da Fazenda na ocasião, por um intervencionismo ainda maior.

A instrução número 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), de 9 de outubro daquele ano, foi um marco do governo. Ela restabelecia ao Banco do Brasil o monopólio cambial e acabava com as taxas mistas de exportação estabelecendo uma única (exceto para o café). Porém, inovava no âmbito das importações, criando os leilões cambiais. O funcionamento deste complicado sistema é apresentado detalhadamente por Vianna (1990) no longo trecho a seguir:

O sistema de leilões cambiais consistia, na verdade, na negociação de Promessas de Venda de Câmbio (PVC), que eram resgatadas em pregão público nestas bolsas é que davam ao importador o direito à aquisição de câmbio no valor e na moeda estipulados. Após a aquisição das PVC nos leilões o comprador as levava ao Banco do Brasil no prazo de cinco dias e, em seguida ao pagamento do ágio, recebia o certificado de cambio, com o qual, depois de verificados os preços das mercadorias a serem importadas, podia obter a licença de importação. De posse da PVC e da licença de importação, o comprador podia adquirir câmbio à taxa oficial em qualquer banco autorizado, no valor da operação licenciada, ficando com o direito à restituição do correspondente à diferença não utilizada. As PVC eram vendidas, em princípio, em lotes de US\$ 1 mil, US\$ 5 mil e US\$ 10 mil.

Para a realização dos leilões, as importações foram classificadas em cinco categorias, de acordo com o critério de maior ou menor essencialidade. Isso terminava por ter efeito de proteção à indústria, na medida em que o surto de investimentos dos anos anteriores permitia esperar que a produção doméstica tomasse certas importações industriais menos essenciais. A oferta disponível de cada moeda era alocada pelas autoridades monetárias entre as diferentes categorias, com as categorias I, II e III absorvendo geralmente mais de 80% da oferta total de cada moeda e a categoria V, no máximo, 3%. Os leilões eram realizados separadamente para o dólar americano e para moedas de países com os quais o Brasil tinha acordo de pagamento. Para cada categoria foram fixados ágios mínimos, que eram crescentes de acordo com a menor essencialidade da categoria. Existia ademais, um imposto de transferência de 8% mais o ágio correspondente ao valor alcançado pelas divisas no leilão relativo à categoria das importações em que foram alocadas (ágio este que tinha como limite inferior o ágio mínimo fixado). (VIANNA, 1990, p 139)

Esta foi uma medida claramente voltada para incentivar a importação de bens de capital e conter a de supérfluos. Fazia-se necessário controlar a saída de dólares do país e estes, se saíssem, deveriam trazer para nós o desenvolvimento ou as armas para consegui-lo.

Nunca na história do Brasil uma política cambial como esta havia sido experimentada e foi um grande sucesso. As exportações subiram consideravelmente no último trimestre de 1953 e as importações mantiveram seu patamar, ou seja, não foram desincentivadas.

Para dimensionar o tamanho da repercussão da medida a diferença entre as exportações e as importações que de janeiro a setembro de 1953 eram de 55 milhões de dólares aumentou para 424 milhões até o final deste mesmo ano.⁹

Antes de buscarmos uma conclusão para este capítulo é importante frisar que durante o Segundo Governo Vargas não houve nenhum ano em que o PIB tenha retraído. Muito pelo contrário, este esteve sempre em ascensão e, mesmo com o país vivendo uma situação de escassez de divisas e de estagnação do comércio mundial, não houve no Brasil nada que lembrasse uma recessão ou algo parecido.¹⁰

Segundo Fonseca (1987), o crescimento experimentado nesta época só foi visto novamente, com tamanha magnitude, durante o “milagre econômico” acontecido durante os anos da ditadura. Nesta época o mundo todo vivia dias de prosperidade econômica.

Foi possível observar neste capítulo que Vargas e seu *entourage* tinham um compromisso com o desenvolvimento industrial do país e com o estabelecimento de uma indústria realmente forte e auto-suficiente. Eles não mediram esforços para atingir a sua meta.

Mesmo com um cenário desestimulante no mundo no início da década de 50, em grande parte agravados pelos conflitos da Guerra da Coreia, eles se desdobraram para seguir seu plano. Por vezes, adotaram medidas que poucos teriam coragem de levar a cabo e obtendo muitos sucessos na sua empreitada. A situação o levou a trilhar o caminho da heterodoxia, mas não foi só ela.

⁹ Cf: Tabela 8, anexo quantitativo.

¹⁰ Cf: Tabela 6, anexo quantitativo.

Foi neste momento que se plantou a semente do desenvolvimentismo¹¹, uma corrente que mais tarde ganhou força na América Latina através da Cepal, que pregava, entre outras coisas, uma maior autonomia das economias sul-americanas em relação à Europa e EUA.

Este comportamento denota em Vargas e na sua equipe uma grande capacidade de abstração e de análise da situação econômica pela qual passava o Brasil. Eles tinham a dimensão da importância que o Estado tinha neste projeto de desenvolvimento. Este que mais tarde gerou frutos para muitos outros governos que se seguiram e também para o povo brasileiro, pois os investimentos em infraestrutura feitos neste quadriênio, sobretudo em energia elétrica, só maturaram em 5 anos, por exemplo.

As inversões passaram, além do campo do petróleo e da energia elétrica, pelos transportes, química agricultura e muitos outros, sempre com a mesma orientação nacionalista. O importante era fazer o Brasil caminhar com as próprias pernas.

Segundo os investimentos em energia elétrica Leopoldi destaca:

Desta forma, é preciso registrar que o impacto da política energética do governo Vargas recaiu mais na criação da infra-estrutura para a década futura do que no aumento do consumo de eletricidade na primeira metade dos anos 50. Uma vez que o investimento em usina hidrelétrica leva cerca de meia década para mostrar frutos efetivos, o governo terminou com um aumento não tão significativo no consumo de energia elétrica: de 5,8 milhões de quilowatts consumidos em 1950, passou-se em 1954 para 8,3 milhões de quilowatts. Já em termos de capacidade de produção de energia elétrica, houve um crescimento de 67,5% entre 1950 e 1955, com o salto de 1954, representado pela contribuição das usinas da Cemig. (LEOPOLDI, 1994, p.174)

Outra grande contribuição foi a valorização do conhecimento técnico nas tomadas de decisão representado, sobretudo, pela Assessoria Econômica, que será tratada a seguir.

¹¹ “O desenvolvimentismo foi a ideologia que mais diretamente influenciou a economia política brasileira e também, de um modo geral, todo o pensamento econômico latino-americano. Herdeiro direto da corrente keynesiana que se opunha ao liberalismo neoclássico, esse ideário empolgou boa parte da intelectualidade latino americana nos anos 40 e 50, e se construiu na bandeira de luta de um conjunto heterogêneo de forças sociais favoráveis à industrialização e consolidação do desenvolvimento capitalista nos países de ponta nesse continente.” (MANTEGA, 1987, p. 23)

CAPÍTULO 3: O papel da Assessoria Econômica no segundo governo Vargas

Como exposto ao longo do trabalho, Vargas sempre teve o auxílio e orientação de técnicos nas suas tomadas de decisão. Estes últimos estavam presentes em diversas esferas do governo como a CDI, na CMBEU e na Assessoria Econômica. Foram os componentes desta última que tiveram mais proximidade com o presidente inclusive, segundo Santos (2006), despachando com ele com mais freqüência do que ministros de Estado.

Esta convivência estreita fez com que a influência também fosse grande, tanto de um lado quanto de outro. Cabe a nós, neste capítulo, entender quem eram os integrantes da Assessoria e que orientação econômica eles tinham. Vamos analisar como eles agiam dentro das engrenagens da máquina estatal e mensurar as suas realizações.

3.1 A estrutura da Assessoria

A Assessoria Econômica era formada por técnicos especialistas nas suas áreas. Este caráter foi essencial na mudança de cultura dentro do aparelho estatal iniciada por Vargas. Existia, como já mencionado, uma vontade maior de tomar as decisões sob a égide do conhecimento científico. Isso ajudaria, entre outras coisas, a cercear um pouco mais as políticas de favorecimento dentro do governo que datavam desde a República Velha.

Como citado no capítulo anterior, os técnicos ganharam espaço no governo e, como podemos ver em Ianni (1965), isso implicou numa diferenciação dos funcionários entre burocratas e técnicos. Os últimos agiriam segundo padrões considerados mais científicos e teriam um caráter de atuação inovador, sempre buscando a melhor combinação entre meios e fins para suas realizações.

Segundo o autor e também Leopoldi (1994), este comportamento se repetiu dentro da Assessoria Econômica. Eram todos técnicos e buscavam as

melhores soluções e meios para inovar e resolver os problemas do governo, sempre se utilizando de métodos científicos.

Sua composição diverge segundo os autores que a citaram em trabalhos diversos, mas encontramos em Renata Belzunces dos Santos a ideia de Assessoria Econômica que vamos adotar no trabalho. Segundo Santos (2006) a Assessoria era formada por uma composição básica e outra ampla.

A Assessoria Básica era o que se podia chamar de núcleo duro. Ali estavam os representantes que tinham cadeira cativa nas tomadas de decisão e que sempre estavam presentes. Eram na verdade os técnicos que tinham claramente uma orientação nacional-desenvolvimentista e que punham esta meta como objetivo maior de seu trabalho dentro do Palácio do Catete. Mais informações sobre a orientação dos técnicos da Assessoria Básica pode ser encontrada no anexo qualitativo do trabalho.

Já a Assessoria Ampla (Santos 2006), era formada por colaboradores do órgão, os quais nem sempre tinham a orientação nacional-desenvolvimentista. Por isso, nem sempre as portas da Assessoria lhes eram abertas; eles só conseguiam as informações relativas aos projetos sobre os quais estivessem assessorando e nada mais. Muitas vezes, o que era discutido dentro daquele meio era sigiloso e de interesse nacional, não podendo assim cair nas mãos de opositores do governo.

Sendo assim a composição da Assessoria fica dividida da seguinte forma:

A Assessoria Básica era composta por: Rômulo Almeida, Jesus Soares Pereira, Ignácio Rangel, Cleantó Leite, João Neiva Figueiredo, Ottolmy Strauch, Saldanha da Gama e Tomás Pompeu Accioly Borges. Vários outros nomes são eventualmente citados como membros da Assessoria, porém, há que se distinguir entre os que trabalhavam na Assessoria Ampla e na Básica, pois somente os membros da última tinham pleno acesso a íntegra dos projetos. Entre os nomes citados eventualmente temos Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Domar Campos, Mário da Silva Pinto, Glycon Paiva, Almirante Lúcio Meira, Leães de Medeiros e Vinícius Berredo. (SANTOS, 2006, p.15)

A postura nacionalista dos integrantes era realmente fator essencial para que pudessem compor o quadro da Assessoria. Rômulo de Almeida e Cleantó Leite, membros da Assessoria Básica, deixam isso claro ao afirmarem (SANTOS, 2006, p.16):

"Se você quiser uma nota dominante do ponto de vista ideológico, nos trabalhos da assessoria, nos trabalhos que chegavam finalmente ao presidente Vargas, eu diria que era o nacionalismo. Quer dizer, nacionalismo na política de carvão, nacionalismo na política de petróleo, nacionalismo em política exterior, nacionalismo em política de eletricidade." (LEITE, 1986, apud: SANTOS, 2006, p.16)

Isso também é flagrante no caso de Mário da Silva Pinto, um especialista na área de produção mineral que ajudou em projetos como o da Petrobrás. Ele, por exemplo, nunca teve acesso na íntegra aos projetos dos quais participava justamente por conta da sua orientação não nacionalista.

"havia um grande respeito mútuo entre os membros desta assessoria. De modo que, provavelmente, em homenagem ao pouco que eu sabia sobre mineração e subsolo, e a alguns serviços prestados, ninguém implicava comigo... apesar da grande dessemelhança de ideias" (PINTO, 1988, apud: SANTOS, 2006, p.16)

O primeiro chefe da Assessoria foi Rômulo Barreto de Almeida, um baiano natural de Salvador. Antes de presidir e formar a equipe, que vimos no parágrafo acima, era diretor do departamento econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e segundo Leopoldi (1994), esta ainda pagava parte do seu salário, mesmo Rômulo estando à serviço da presidência.

Segundo Santos (2006), Rômulo fora nomeado por Vargas sem ao menos conhecê-lo. Isso foi feito unicamente através de indicações que foram dadas ao presidente e que primavam pela escolha de um técnico de valor para o cargo. Rômulo se enquadrava muito bem no perfil, pois, além de ser um técnico de destaque em sua área, conhecia muitos outros especialistas presentes nos quadros do governo e fora dele. Isso poderia auxiliar em muito o projeto de desenvolvimento varguista.

Apesar de Rômulo Almeida ter se filiado ao PTB em 1950, apresentando um manifesto não-queremista, acreditamos que o critério fundamental, a partir de Vargas não foi político, foi técnico. Figura-nos muito interessante o fato de sequer Getúlio Vargas conhecer Rômulo Almeida pessoalmente e imediatamente este passar a gozar de acesso direto ao Presidente. (SANTOS, 2006, p. 12)

Rômulo recrutou para o time Jesus Soares Pereira, um economista autodidata e sociólogo. Ele já havia trabalhado com Jesus na Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembléia Constituinte de 1946. Este era um cearense, natural de Assaré que mais tarde se tornou chefe da Assessoria em 1953

com a saída de Rômulo de Almeida para o Banco do Nordeste do Brasil. Pereira teve importante participação nos projetos da Assessoria que envolviam energia. Estes dois foram sem dúvida os mais destacados técnicos que integraram a Assessoria Econômica do segundo governo Vargas.

Outros dois importantes membros foram Ignácio Rangel e Cleanto Paiva Leite. Segundo Santos (2006), Ignácio era um economista que veio ingressar o grupo em 1952, mas que contribuiu muito, pois tinha uma orientação mais acadêmica do que os outros. Mesmo sendo não Getulista declarado pôde ter acesso aos projetos na íntegra e foi considerado membro da Assessoria Básica por conta da sua verve nacionalista. Isso mais uma vez mostra que Vargas estava pondo acima de tudo o interesse do seu projeto de desenvolvimento.

Quando Ignácio foi convidado inicialmente por Rômulo para compor o quadro da Assessoria, declinou do convite. Vargas então lhe mandou o seguinte recado através do próprio Almeida:

“diga a ele que esteja à vontade, que ele se sinta em casa, porque adutores eu tenho, homens capazes de dizer que estou errado, isto é muito raro; e ele é um destes. Eu quero que esteja à vontade”. (RANGEL, 1991 apud: SANTOS, 2006, p.14)

Ainda segundo a autora, Cleanto Leite era um ex-funcionário do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)¹² e tinha dentro da assessoria a função de tratar de assuntos ligados a questões externas. Assim como Soares e Almeida ele também despachava direto com o presidente.

Deixando de lado as apresentações vamos analisar agora a forma como funcionava a Assessoria Econômica dentro do aparelho estatal.

3.2 O funcionamento da Assessoria.

A Assessoria Econômica funcionava dentro do Gabinete Civil que era parte integrante da Secretaria da Presidência da República. O órgão era responsável pelo trabalho de assessoria ao presidente. O gabinete era composto por

¹² Cf: Anexo qualitativo do trabalho (p 45).

um chefe, dois subchefes e quatro oficiais de gabinete, todos eles nomeados pelo próprio presidente.

Segundo Santos (2006), a Assessoria não existia de uma maneira formal, pois não existia nada que a arregimentasse como um órgão de assessoria direta ao presidente para assuntos econômicos, embora isso tenha acontecido. Esta forma de atuar, usando uma assessoria para as tomadas de decisão, já há muito era utilizada dentro dos governos que haviam presidido o país. Porém, durante o segundo governo Vargas, esta função ganhou maior autonomia, sendo denominada de Assessoria Econômica.

Além de serem especialistas em assuntos econômicos os integrantes tinham de ser muito políticos, pois o ambiente assim exigia. A maioria dos projetos enviados ao presidente pelos ministros passava pelas mãos da Assessoria para análise e discussão. Deste modo, era necessário que existisse um bom trânsito também entre os ministros e os participantes da Assessoria. Isso ajudaria a dirimir possíveis conflitos que deixariam Vargas em meio a fogo cruzado.

Segundo Santos (2006), as propostas chegavam até o presidente, que as repassava a um dos integrantes da Assessoria em sigilo. Não havia registro de saída dos projetos das mãos de Getúlio, era como se eles sempre estivessem com ele. Esta era uma forma de proteger os integrantes da Assessoria de investidas mais contundentes por parte dos ministros para conseguir algum tipo de favorecimento em relação a este ou aquele projeto. Ali eles eram cuidadosamente analisados e discutidos entre os membros e levados a posteriori ao presidente. Os membros da Assessoria Econômica despachavam com Vargas com mais frequência do que muitos ministros.

"não havia no Palácio do Catete nenhum protocolo interno que registrasse a saída dos papéis das mãos do presidente para os seus assessores. O papel, oficialmente, estava sempre 'com o presidente', mesmo quando este o havia confiado ao assessor" (LEITE, 1959, apud SANTOS, 2006, p.22)

Isso também era benéfico para o próprio Getúlio que conseguia se preparar melhor para despachar com seus ministros quando chegasse à hora.

"Depois ele me explicou de que no primeiro governo tinha cometido alguns erros por despachar diretamente com os ministros, que às vezes era induzido pela exposição do ministro, e a coisa continha certos elementos que ele devia ter examinado melhor. Então ele passou a adotar este método. Talvez uma das razões por que ele adotou a idéia de trazer uma assessoria especial para os assuntos econômicos e sociais." (ALMEIDA, 1990, apud: SANTOS, 2006, p.18)

Os integrantes da Assessoria preferiam manter o anonimato e assim não disputar a atenção com os Ministros, mesmo que nem sempre esta condição fosse possível. Quando um projeto enviado por um dos ministros não estava claro o membro que estivesse de posse da proposta tinha que ir ao encontro do mesmo, para colher mais informações. Esta conduta acabava revelando a identidade de quem estava de posse do projeto.

Se os integrantes da Assessoria não tivessem certo traquejo político, os ministros poderiam entender que ao invés de despachar com o presidente estavam despachando com subalternos. Isso era grave e poderia levar à indisposição por parte dos membros do ministério. Segundo Almeida, no texto de Santos (2006), o intuito era que os ministros brilhassem levando os louros do projeto para que o trabalho da Assessoria continuasse serenamente nos bastidores.

"Depois a maneira de a gente se comunicar com os ministros era uma maneira respeitável, reverencial, a gente deixava o primeiro lugar para os ministros, eu não aparecia, nem Soares. Nós só aparecíamos quando éramos forçados (...) para defender pontos básicos que outros políticos não sabiam defender, entendeu?" (ALMEIDA, 1990, apud: SANTOS, 2006, p.21)

"...nós fazíamos coisas e entregávamos aos ministros. Primeiro vendíamos a idéia para o ministro, e o ministro ficava satisfeito, porque a gente dava uma boa idéia que ele ia brilhar, ele ia faturar, entendeu?" (ALMEIDA, 1990, apud: SANTOS, 2006, p.22)

Além de rever os projetos apresentados, os membros da assessoria também propunham os deles. Neste aspecto, segundo Santos (2006), fica um pouco tênue a diferença do que era proposta de Vargas e o que era da Assessoria, já que o fato de existir uma ligação tão estreita entre ambos e de não haver registros, dificulta a análise. O que podemos aferir é que mesmo que a palavra final fosse do presidente, poderia existir certa ascendência da Assessoria sobre as decisões.

Assim os “boêmios cívicos”¹³ iam tecendo suas teias de influência e tocando os projetos de desenvolvimento com extrema desenvoltura e rapidez. Sua forma de trabalho também é exposta por Leopoldi na seguinte citação:

Como as políticas do petróleo e da energia elétrica culminaram na criação de empresas públicas, pode-se dizer que, além do planejar, a Assessoria realizou, sem grande alarde, uma reforma administrativa e fiscal pela via incrementalista, sem ter de recorrer a medidas que gerariam rupturas no interior do Estado. (LEOPOLDI, 1994, p.166)

Os projetos nos quais a Assessoria Econômica esteve presente na elaboração foram: Petrobrás, Eletrobrás, Banco do Nordeste do Brasil, Carteira de Colonização do Banco do Brasil, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA), CAPES, Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), Comissão Nacional de Bem Estar, CNPq, Plano Nacional do Babaçu, Planejamento para a indústria automobilística.

Todos foram de suma importância para o desenvolvimento do país, mas é necessário dar destaque a dois deles: os de criação da Petrobrás e da Eletrobrás. Ali, o pensamento nacional-desenvolvimentista da Assessoria Econômica esteve fortemente presente e fez valer seus ideais. Isto por conta do foco do governo no desenvolvimento da matriz energética do país que era ponto central do projeto de Getúlio.

Segundo Santos (2006), no governo era tão forte o sentimento de que o problema energético tinha que ser tratado, que por vezes a existência da Assessoria se confundia com uma tentativa de solução para o problema:

"...a ideia do governo era fazer uma coisa de resolver os problemas fundamentais do país através da Assessoria, com orientação nacionalista. Então, ficou assentado que a Assessoria se voltaria para um programa amplo de energia: Petrobrás, eletricidade, depois carvão, energia florestal, e a parte de energia nuclear ficaria como uma coisa especial do Centro de Pesquisas Físicas, que era uma coisa ainda muito experimental." (ALMEIDA, 1988, apud: SANTOS, 2006, p.57)

Todas as realizações foram idealizadas durante o Segundo Governo Vargas. Mesmo que não tenham sido realizadas no período (vide o caso da

¹³Assim eram apelidados por Vargas os integrantes da Assessoria, pois muitas vezes varavam a madrugada trabalhando sobre os projetos pendentes. Cf: SANTOS 2006 p 23.

Eletróbrás citado anteriormente) nasceram dentro daquele ambiente de ideias nacionalistas.

3.3 A visão dos integrantes da Assessoria quanto a um projeto de governo

É interessante buscar nos integrantes da Assessoria Econômica as informações sobre a existência ou não de um projeto de governo. Estes técnicos, além de fazerem parte das realizações de governo, foram espectadores privilegiados deste que foi um dos momentos mais importantes da história nacional. Além disso, muitas vezes é creditada a este grupo de pessoas a elaboração destas ações.

Segundo Santos (2006), encontramos documentos onde três importantes componentes da Assessoria, Rômulo de Almeida, Cleanto Leite e Ignácio Rangel, emitiram, de certa forma, opinião sobre o assunto. Vemos uma pequena divergência surgir entre eles.

Almeida era da opinião de que existia um plano, mas que por força da necessidade política do momento deveria permanecer no anonimato. Isso teria acontecido assim, pois sua realização encontraria muitas forças em oposição que poderiam arruiná-lo. Para ele o compromisso de governo era com o trabalhismo, o nacionalismo, a independência dos capitais estrangeiros e o progresso social.

“A ideia de plano existia, mas o nome de plano era vetado, porque estava ligado à personalidade de Getúlio e à tentativa que ele havia feito, durante o final do primeiro governo, de ter um plano; esta palavra tinha uma conotação política a que as forças adversárias reagiam de uma maneira muito forte, de sorte que foi evitado; o que se procurou fazer foi tentar que se aproximasse do plano sem que o denominasse assim, ainda que para o futuro se pensasse em adotar este nome e dar um pouco mais de sistematização ao conjunto das políticas econômicas”. (ALMEIDA, 1990, apud: SANTOS, 2006, p.63)

Segundo Almeida, no texto de Santos (2006), a ideia lançada por Vianna de que Vargas teria seguido o exemplo dos governos Campos Salles / Rodrigues Alves não foi válida. Getúlio não teria tentado primeiro uma estabilização para galgar em seguida um maior crescimento na segunda metade do mandato. Em sua concepção, o ideal já estava presente, e Getúlio foi se soltando à medida que foi

exigido pela conjuntura nacional e internacional. Assim como, para ele, a saída dos ministros Horácio Lafer e João Neves da Fontoura só ressalta ainda mais este aspecto. Eles teriam sido sacados do governo por ouvirem mais a Eisenhower do que ao próprio Getúlio.

"A princípio, realmente ele procurou manejar o seu discurso para não levantar onda, mas, desde o momento em que a onda foi levantada de fora para dentro, ele teve de responder ao discurso da demolição, a toda a conspiração que houve contra o seu governo ele teve de responder um discurso mais contundente, por isto é que pareceu haver duas fases diferentes. Mas, pelo que pude perceber como participante do governo houve uma continuidade perfeita, a descontinuidade foi apenas a crise política de Vargas em 1954." (ALMEIDA, 1990, apud: SANTOS, 2006, p.63)

Cleanto Leite também acreditava na ideia de um projeto nacional de desenvolvimento, porém diferia de Almeida de como ele aconteceu. Para ele, se algum projeto existia, ele estava na cabeça de Vargas, que o adaptava segundo as necessidades vividas pelo país. Como se Getúlio fosse o grande idealizador e tivesse que ir lançando o seu projeto aos poucos, pois o terreno político não era de todo confiável.

"Eu não sei se ele (Getúlio Vargas) tinha um projeto (...) Tenho a impressão que este projeto foi evoluindo gradualmente, à medida em que ele ia enfrentando os problemas e à medida em que ele ia sentindo a hostilidade de certos interesses contrariados." (LEITE, 1986, apud: SANTOS, 2006, p.65)

Já Ignácio Rangel tinha uma terceira opinião sobre o assunto. Ele acreditava que não havia um projeto pré-estabelecido. Este teria sido construído no momento e dentro da própria Assessoria Econômica sem muita influência do presidente.

"Nós fomos elaborando este projeto, não havia de antemão. Fomos elaborando, eu entrei e tenho consciência de que deixei minha marca lá dentro, neste projeto, que depois encontraria uma tribuna no ISEB. Mas este projeto foi elaborado ali dentro." (RANGEL, 1991, apud: SANTOS, 2006, p.65)

A interpretação divergente de cada um dos integrantes sobre o mesmo tema pode depender de muitos fatores, inclusive do grau de proximidade que tinham com o presidente. Segundo Santos (2006), mesmo que todos trabalhassem para ele,

nem todos serviram de confidentes dos planos que Getúlio tinha uma vez na presidência. Isto já seria suficiente para uma divergência de opiniões sobre o todo.

O que fica patente é que isso não foi importante na época em que os fatos se desenrolaram e por isso é difícil uma convergência de ideias neste sentido. O fato é que a questão de haver ou não um plano de governo é muito mais importante para a nossa análise posterior do que era na época.

No momento em que teve lugar a Assessoria Econômica, era mais urgente tratar do desenvolvimento do país e alcançar o objetivo de maior robustez da economia nacional face à mundial. A importância de se ter uma discussão de existência ou não de um plano de governo parece que nem ao menos foi suscitada. Uma coisa, porém, ninguém discute: A orientação nacional-desenvolvimentista sempre esteve presente.

CONCLUSÃO

Vargas foi um personagem no mínimo controverso da história política nacional. Muitas atitudes que ele tomou devem ser reprovadas, sobretudo no seu primeiro governo, de 1930 a 1945, onde inclusive flertou com o nazismo. Isso, contudo, não diminuiu a sua importância como líder político que foi.

No quadriênio estudado (1951-1954) exerceu, como poucos, esta sua faceta de líder ao reunir grandes técnicos para compor seus quadros de governo. Através deles, elaborou um projeto de desenvolvimento estruturado e baseado no conhecimento técnico, coisa pouco vista num país onde, na maioria das vezes, as coisas são feitas em troca de favorecimentos.

Conclui-se que o mérito de congregar estes nacionalistas para auxiliá-lo coube, em sua maioria, ao próprio Vargas, mas não só a ele. As sugestões vieram de todas as instituições da sociedade e Getúlio soube agrupá-las a seu favor. Esta foi uma importante prova do seu valor como político.

Foi visto ao longo deste trabalho que o seu planejamento de governo podia não ser palpável no sentido literal da palavra, mas foi, sem dúvida, muito bem pensado e executado de forma nada ortodoxa. A vontade de fazer o desenvolvimento do Brasil acontecer a qualquer custo era patente, mas não era só isso. Observou-se que a evolução industrial e econômica do país tinha de acontecer de forma estruturada e sustentada. O Brasil devia, de acordo com esta visão, “caminhar com as próprias pernas” e conseguir maior autonomia do capital estrangeiro. Não que os “nacionalistas de Vargas” tivessem aversão aos investidores externos, mas o capital que entrasse no país deveria contribuir para esse projeto, ou então não servia.

Outra característica marcante deste Segundo Governo Vargas foi a ideia de que a economia devia crescer como um todo. Toda as classes e setores deviam ser contemplados. O desenvolvimento industrial era a prioridade no momento, mas ele também seria o reboque de todo o resto. Nada podia ser negligenciado.

Como exposto durante o trabalho, dentro da Assessoria Econômica e dos outros órgãos do governo que também promoviam o desenvolvimento, o todo era pensado desde a esfera Macroeconômica até a Microeconômica.

Além disso, parece também que a relação de influência entre as áreas era igualmente analisada. Como foi visto, quando a necessidade de um dado investimento era levantada, eram considerados todos os impactos que ela causaria em todas as camadas da sociedade. Isso pode ser observado no texto de Draibe (2004) quando nos fala dos conceitos estrutural, conjuntural e cambial que eram adotados para realizar inversões.

A Assessoria Econômica, além de órgão de planejamento, foi uma grande arma. Quando Getúlio montou seu ministério buscou agradar mesmo aos opositores para conseguir certa governabilidade no congresso. Esta manobra poderia tê-lo deixado de mãos atadas não fosse o trabalho realizado pelos “boêmios cívicos” que, por trás dos panos, fizeram os projetos de governo caminhar sempre cerceando favorecimentos e propondo e revisando projetos. Ali estava presente o núcleo do pensamento nacional desenvolvimentista do governo.

O Segundo Governo Vargas foi um período de grandes realizações e onde foram adotadas posturas estatais que realmente buscavam um desenvolvimento sustentável do país dentro de um sistema capitalista. Tudo foi realizado, mesmo em face de um cenário internacional adverso e de um momento de escassez de divisas no país.

No quadriênio de 1951 a 1954, temos o exemplo de um Brasil que se desenvolveu a despeito da crise que vivia o mundo na época e isso é muito importante. O país acreditava em si mesmo. A essência do comportamento que existiu naquele momento deveria ser mais estudada e entendida, pois ali podem estar presentes importantes lições para se chegar ao desenvolvimento sustentável tão desejado por todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de. (Orgs). (1999). **O Nacionalismo de Vargas Ontem e Hoje**. In: D'ARAUJO, Maria Celina. *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. (pp. 119-136). Rio de Janeiro: EdUERJ/FGV.
- FONSECA, Paulo César Dutra da. (1987). **Vargas: O Capitalismo em Construção, 1906-1954**. Brasiliense, São Paulo.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro na Internet**. Disponível em:< http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/htm/dhbb_faq.htm > Acesso em 15 de julho de 2009.
- GIAMBIAGI, Fabio et. al. (2005). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. (pp. 166-195). 6. ed. Rio de Janeiro: Campos/Elsevier.
- IANNI, Octávio. (1965). **Estado e Capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- IANNI, Octavio. (1975). **O colapso do populismo no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda; Inflação e deflação**. São Paulo: Nova cultural, 1985
- LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. (Orgs). (1994). *O Difícil Caminho do Meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954)*. In: GOMES, Angela de Castro. **Vargas e a Crise dos Anos 50**. (pp. 161-203). Rio de Janeiro: Relume - Dumará.
- LESSA, Carlos; FIORI, José L. (1984). **Houve uma política nacional-populista? XII Encontro Nacional da ANPEC**. São Paulo: ANPEC.
- MELO, Hildete Pereira de; OLIVEIRA, Adilson de; ARAÚJO, João Lizardo de, (Orgs). (1994). *O sonho nacional: petróleo e eletricidade (1954-94)*. In: GOMES, Angela de Castro. **Vargas e a Crise dos Anos 50**. (pp. 225-256). Rio de Janeiro: Relume- Dumará.
- MANTEGA, Guido. (1987). **A economia política brasileira**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Polis/Vozes

SANTOS, Renata Belzunces. (2006). **Assessoria Econômica da presidência da república: contribuição para interpretação do segundo governo Getúlio Vargas (1951-1954)**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, instituto de economia.

SOUYRI, Pierre. (1986). **Uma Nova Configuração do Capitalismo: 1945/1970**. Rio de Janeiro: FEA-UFRJ, Departamento de Economia.

VIANNA, Sérgio Besserman. (Orgs). (1990). Duas tentativas de estabilização: 1951-1954. In: ABREU, Marcelo de Paiva. et al. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889 - 1989**. (pp. 123-150). Rio de Janeiro: Elsevier.

ANEXO QUALITATIVO

Este é um glossário para contar um pouco da trajetória dos integrantes da Assessoria Econômica do segundo governo Vargas que foram citados no terceiro capítulo desta monografia.

Almeida, Rômulo de:

Rômulo Barreto de Almeida nasceu em Salvador (BA) no dia 18 de agosto de 1914. Em 1933, bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Bahia.

Dedicando-se à economia, em 1941 tornou-se diretor do Departamento de Geografia e Estatística do Território do Acre. Entre 1942 e 1943 foi professor substituto da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro. Em 1946 prestou assessoria à Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembléia Nacional Constituinte. No período de 1948 a 1949 participou de diversas subcomissões da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, também conhecida como Missão Abbink.

Por volta de 1950, atuando como economista da Confederação Nacional da Indústria, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Iniciado o segundo governo Vargas em janeiro de 1951, no mês seguinte foi designado oficial-de-gabinete do Gabinete Civil da Presidência da República. Ao mesmo tempo foi incumbido por Vargas de organizar a Assessoria Econômica da Presidência da República.

Ainda em 1951 tornou-se membro do conselho consultivo da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, posto que manteria até 1966. A partir de 1953, Rômulo de Almeida tornou-se consultor econômico da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc). Ainda no segundo semestre deste ano assumiu a presidência do Banco do Nordeste do Brasil. Com o suicídio de Vargas, em 1954, demitiu-se de seu cargo, já com a intenção de concorrer a uma cadeira na Câmara Federal.

No pleito de outubro de 1954 elegeu-se deputado federal pela Bahia na legenda do PTB. Iniciou o mandato em fevereiro do ano seguinte, tornando-se vice-líder do PTB em março. Em abril, porém, deixou a Câmara para assumir a Secretaria da Fazenda baiana. Ainda em 1955 criou e presidiu na Bahia a primeira Comissão

de Planejamento Econômico do estado. Em 1957, criou e presidiu o Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial da Bahia e foi nomeado vice-presidente da Rede Ferroviária Federal. Reassumiu seu mandato na Câmara em julho deste mesmo ano, exercendo-o até dezembro. No período de 1957 a 1959 reorganizou o Instituto de Economia e Finanças da Bahia e neste último ano, já durante o governo de Juraci Magalhães, foi secretário sem pasta para Assuntos do Nordeste em seu estado. Representou também a Bahia na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e, nomeado posteriormente secretário de Economia, elaborou o projeto da Companhia de Energia Elétrica da Bahia (Coelba).

Foi diretor da Companhia Ferro e Aço de Vitória e, em 1961, nomeado representante do Brasil junto à Comissão Internacional da Aliança para o Progresso, da qual se exoneraria em 1966.

Com a extinção do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979 e a conseqüente reformulação partidária, vinculou-se à corrente trabalhista liderada por Leonel Brizola. Quando este perdeu a sigla do PTB para Ivete Vargas filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Rômulo de Almeida foi professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia, da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, do Curso de Planejamento do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) e da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (Ebap-FGV). Foi diretor da Fundação Casa Popular, da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, da Empreendimentos Bahia S.A. e da Elétrico-Siderúrgica Bahia S.A., além de presidir a Consultoria de Planejamento Clan S.A. Também foi membro do conselho diretor do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam).

Presidente de honra do PMDB baiano, em 1985, após ser cogitado para a presidência da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi nomeado, no início do governo Sarney, diretor de planejamento da área industrial do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Permaneceu neste cargo até a sua morte, ocorrida em Belo Horizonte em novembro de 1988.

[Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001]

Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)

Órgão previsto pela Constituição de 1937 e criado em 30 de julho de 1938, diretamente subordinado à Presidência da República, com o objetivo de aprofundar a reforma administrativa destinada a organizar e a racionalizar o serviço público no país, iniciada anos antes por Getúlio Vargas.

Coerente com os princípios do Estado Novo, o DASP via uma incompatibilidade entre a 'racionalidade' da administração e a 'irracionalidade' da política. Pretendia assim estabelecer uma maior integração entre os diversos setores da administração pública e promover a seleção e aperfeiçoamento do pessoal administrativo por meio da adoção do sistema de mérito, o único capaz de diminuir as injunções dos interesses privados e político-partidários na ocupação dos empregos públicos.

Entre as atribuições do DASP estavam previstas também a elaboração da proposta do orçamento federal e a fiscalização orçamentária. Na prática, porém, as iniciativas relativas à política orçamentária permaneceram nas mãos do Ministério da Fazenda até 1940. Neste ano, a situação foi contornada com a criação, no interior daquele ministério, da Comissão de Orçamento, cuja presidência passava a ser acumulada pelo presidente do DASP. Somente no princípio de 1945 o DASP assumiu plenamente a responsabilidade pela elaboração da proposta do orçamento federal, com a conseqüente extinção da comissão do Ministério da Fazenda.

Desde a sua criação até o fim do Estado Novo, o DASP foi presidido por Luís Simões Lopes. Neste período, o órgão conheceu um contínuo processo de fortalecimento, chegando a exercer forte influência sobre as políticas governamentais então implementadas. Entre suas principais realizações nesta fase figura a sistematização dos direitos e deveres do funcionalismo, definidos no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, primeiro documento deste tipo no Brasil. Com a queda de Vargas em outubro de 1945, o DASP passou por um profundo processo de reestruturação, que resultou no seu parcial esvaziamento. A partir de então, suas funções assumiram um caráter de assessoria, exceto no

tocante à seleção e aperfeiçoamento de pessoal, área em que se manteve como órgão executor.

[Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001]

Leite, Cleanto de Paiva:

Nasceu na cidade da Paraíba, atual João Pessoa, no dia 24 de março de 1921. Em 1942, aprovado em concurso para técnico do Departamento Administrativo do Serviço Público, transferiu-se para o Rio de Janeiro. Naquele ano, Cleanto ainda cursava o quinto ano da Faculdade de Direito do Recife, vindo a fazer as provas finais na capital federal. Em 1945, viajou para Londres a fim de realizar pesquisas no campo de administração colonial como bolsista do British Council, na London School of Economics. De 1945 a 1951 foi encarregado dos assuntos políticos do Conselho de Tutela da Organização das Nações Unidas (ONU).

Durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) integrou a Assessoria Econômica da Presidência da República, órgão de planejamento econômico diretamente ligado à Secretaria da Presidência. Ainda neste período participou de uma comissão criada para elaborar um projeto de renovação da estrutura administrativa do governo. Do trabalho desta comissão resultou um documento que previa as atuais funções dos ministérios da Indústria e Comércio e do Interior, além de um sistema de planejamento e controle de gestão das empresas estatais. Foram também estabelecidas ou consolidadas agências capazes de atuar técnica, financeira e institucionalmente de modo autônomo.

Em 1951, Cleanto de Paiva Leite tornou-se representante do Brasil, no United Nations International Children's Emergency Fund (UNICEF), função que exerceria até 1954. Ainda durante o segundo governo Vargas, foi nomeado, em agosto de 1953, diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1952. Licenciado entre 1956 e 1958, seria posteriormente reconduzido a este cargo, que ocuparia até agosto de 1962.

Chefe de gabinete do ministro da Viação e Obras Públicas, Lúcio Meira, em 1957, foi designado, em dezembro de 1958, delegado brasileiro à conferência internacional durante a qual foi redigido o estatuto do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No início de 1960 foi eleito diretor-executivo do BID, reelegendo-se para o período 1963-1966. Renunciou ao cargo em dezembro de 1964, quando assumiu a representação deste organismo no Chile, função que exerceria até abril de 1968. De volta ao Brasil, tornou-se diretor do escritório carioca do grupo gaúcho Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga. Permaneceu nesta empresa durante alguns anos, ingressando depois na Fundação Getúlio Vargas, onde criou o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, da qual tornou-se diretor executivo. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 7 de outubro de 1992.

[Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.]

Pereira, Jesus Soares:

Nasceu em Assaré (CE) no dia 6 de maio de 1910. Em 1931, mudou-se para o Rio de Janeiro. Devido à sua ligação com os positivistas, ainda em 1931 tornou-se amigo do diretor-geral do setor de administração do Ministério da Agricultura, Mário Barbosa Carneiro, que no ano seguinte assumiu interinamente as funções de ministro. Em janeiro de 1933 foi transferido para o Departamento Nacional de Produção Mineral, responsável pela pesquisa geológica no âmbito do Ministério da Agricultura. Em novembro seguinte foi designado para trabalhar na Secretaria de Estado da Agricultura.

Participou dos projetos relacionados com o aproveitamento do carvão e de todo o trabalho legislativo que resultou na criação, em julho de 1938, do Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Trabalhou na assessoria da Câmara de Produção, Comércio e Transporte entre dezembro de 1942 e março de 1943, quando foi designado para servir de elemento de ligação do CFCE junto ao Ministério da Agricultura e à Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

Soares Pereira trabalhou no CFCE até a derrubada do Estado Novo, ocorrida em 29 de outubro de 1945. Diplomou-se em ciências sociais pela

Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1947 foi nomeado diretor da Divisão de Estudos de Economia Florestal, ligada ao Instituto Nacional do Pinho (INP). Em 1949 assumiu interinamente a presidência do INP. Em fevereiro de 1951, no início do segundo governo constitucional de Getúlio Vargas, Soares Pereira deixou seus trabalhos na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ) e no INP para integrar a Assessoria Econômica da Presidência da República, chefiada por Rômulo de Almeida.

Seu trabalho assumiu relevância especial na definição da política do governo para o petróleo. Foi a figura mais destacada da assessoria econômica na preparação do Projeto nº 1.516, que autorizava a criação da Petrobras e vinculava, pela primeira vez, o imposto único sobre combustíveis e lubrificantes ao programa do petróleo.

No segundo semestre de 1953 assumiu a chefia da assessoria econômica de Vargas. Nesta função, coordenou a equipe que elaborou, simultaneamente, o I Plano Nacional de Eletrificação e os projetos de lei visando regulamentar o imposto único sobre energia elétrica e criar a Eletrobrás.

Depois da morte de Vargas e da posse do vice-presidente João Café Filho, renunciou ao cargo de confiança que ocupava e retornou aos quadros do Ministério da Agricultura, onde permaneceu durante alguns meses. Em seguida, passou à condição de representante do Banco do Nordeste no Rio de Janeiro.

Em junho de 1956, no período inicial do governo de Juscelino Kubitschek, Soares Pereira foi designado para coordenar a assessoria técnica do Ministério da Viação e Obras Públicas, chefiado pelo almirante Lúcio Meira, com quem trabalhara na equipe econômica do segundo governo constitucional de Vargas. Pouco depois, foi nomeado representante deste ministério no Conselho Nacional do Petróleo (CNP), permanecendo neste órgão entre 1956 e 1959.

Em abril de 1962, no governo de João Goulart, foi indicado para o cargo de diretor de vendas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Com o movimento político-militar que, em 31 de março de 1964, depôs o presidente Goulart e levou o general Humberto Castelo Branco ao poder, perdeu seu cargo na diretoria da CSN e foi incluído na lista dos 100 primeiros cidadãos que tiveram seus direitos políticos

suspensos pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1). Pouco depois partiu para Santiago do Chile, onde dirigiu até 1968 o Departamento de Recursos Naturais e Energia da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU).

Retornou ao Brasil em 1969. A partir de 1971 organizou a publicação *Brasil em dados*, da Editora Índice, e colaborou com o *Jornal do Brasil* e o semanário carioca *Crítica*, escrevendo principalmente sobre o tema do petróleo. Durante mais de 20 anos, escreveu artigos sobre economia nos periódicos *Diário Carioca*, *O Jornal* e *Última Hora*, todos do Rio de Janeiro, utilizando freqüentemente os pseudônimos de "Mercúrio" e "J. Penha Arrais". Faleceu em Petrópolis (RJ) no dia 8 de dezembro de 1974.

[Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001]

Rangel, Ignácio de Mourão:

Nasceu na cidade de Mirador, situada no Estado do Maranhão (região nordeste do Brasil), em 20 de fevereiro de 1914. Bacharel em direito, fez-se formalmente economista no ano de 1954 após curso pela CEPAL, tendo defendido tese sob o título de *El Desarrollo Económico en Brasil*. Seu contato com as obras de Marx e Engels o levou a militar no Partido Comunista do Brasil (PCB) e atuar na Aliança Nacional Libertadora (ALN), tendo sido preso durante confronto para a implantação do governo revolucionário, em 1935, no comando de 200 camponeses em armas no sertão maranhense. Foi solto em 1937. Na prisão, na busca das causas da derrota de 1935, passou a construir uma crítica aguda as orientações do PCB, sendo a principal delas à referente ao estabelecimento da reforma agrária como condição indispensável à industrialização do país. Aos poucos, esta profunda divergência ideológica vai afastando-o do PCB. O processo de afastamento do PCB, coincidentemente, foi marcado pelo início de sua produção intelectual com a publicação de um número expressivo de artigos acerca da realidade econômica e social do Brasil.

Sua crescente influência intelectual o credenciou a trabalhar, em 1952, na assessoria econômica do governo de Getúlio Vargas, onde foi principal mentor dos

projetos que desembocaram na criação de grandes empresas estatais, sendo a principal delas a PETROBRÁS. Em 1955 com a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Rangel passa a integrar seu quadro funcional, acumulando mais tarde a coordenação do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. A partir da segunda metade da década de 1950 ajudou a formar o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), onde ocupou a cátedra da cadeira de economia. Em 1991 foi eleito membro da Academia Maranhense de Letras.

[Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001]

Vargas, Getúlio Dornelles:

Nasceu em São Borja (RS), em 1882. Bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre (1907), elegeu-se pelo Partido Republicano Rio Grandense. deputado estadual, deputado federal e líder da bancada gaúcha, entre 1923 e 1926. Foi Ministro da Fazenda de Washington Luís (1926-27) e presidente do Rio Grande do Sul (1927-1930). Em 1929 candidatou-se à presidência da República na chapa oposicionista da Aliança Liberal. Derrotado, chefiou o movimento revolucionário de 1930, através do qual assumiu em novembro deste mesmo ano o Governo Provisório (1930-34). Durante este período, Vargas deu início à estruturação do novo Estado, com a nomeação dos interventores para os governos estaduais, a implantação da justiça revolucionária, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a promulgação das primeiras leis trabalhistas.

Em 1932, eclodiu a Revolução Constitucionalista em São Paulo, quando o Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático de São Paulo, unidos em uma frente única, organizaram grande contingente de voluntários em luta armada contra o Governo Provisório. Iniciado em 9 de julho, este movimento estendeu-se até 1º de outubro.

O término do movimento paulista marcou o início do processo de constitucionalização. Em novembro de 1933, instalou-se a Assembléia Nacional Constituinte, responsável pela promulgação da nova Constituição e pela eleição de Getúlio Vargas como presidente da República, em julho de 1934.

Durante o período em que governou constitucionalmente o país, cresceu a atuação da Ação Integralista Brasileira (AIB), de inspiração fascista, e surgiu a Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento polarizado pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB). O fechamento da ANL, determinado por Getúlio Vargas, bem como a prisão de alguns de seus partidários, precipitaram as conspirações que levaram à Revolta Comunista de 1935, que eclodiu em novembro em Natal, Recife e no Rio de Janeiro.

Em 1937, preparavam-se as eleições presidenciais para janeiro de 1938, quando foi denunciado pelo governo a existência de um plano comunista, conhecido como Plano Cohen. Esta situação criou um clima favorável para a instauração do Estado Novo, que ocorreria em novembro deste ano.

Com a instauração do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas determinou o fechamento de Congresso, outorgou uma nova Constituição, que lhe conferia o controle dos poderes Legislativo e Judiciário. No início do mês seguinte, Vargas assinou decreto determinando o fechamento dos partidos políticos, inclusive a AIB. Em 11 de maio de 1938, os integralistas insatisfeitos com o fechamento da AIB, invadiram o Palácio Guanabara, numa tentativa de deposição de Vargas. Este episódio ficou conhecido como Levante Integralista.

Entre 1937 e 1945, duração do Estado Novo, Getúlio Vargas deu continuidade à estruturação do Estado, orientando-se cada vez mais para a intervenção estatal na economia e para o nacionalismo econômico. Foram criados neste período o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Fábrica Nacional de Motores (FNM), entre outros.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, Vargas manteve um posicionamento neutro até 1941, quando da assinatura do acordo entre Brasil e Estados Unidos, pelo qual o governo norte-americano se comprometia a financiar a construção da primeira siderúrgica brasileira, em troca da permissão para a instalação de bases militares no Nordeste.

Após o torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães, em 1942, foi declarado o estado de guerra à Alemanha, Itália e Japão - países do Eixo.

Em novembro do ano seguinte, Vargas criou a Força Expedicionária Brasileira (FEB), cujo primeiro escalão foi mandado em julho de 1944 para combater na Itália.

Com o término do conflito em 1945, as pressões em prol da redemocratização ficaram mais fortes, uma vez que o regime do Estado Novo não se coadunava com os princípios democráticos defendidos pelos países aliados durante todo o conflito. Apesar de algumas medidas tomadas, como a definição de uma data para as eleições, a anistia, a liberdade de organização partidária, e o compromisso de fazer eleger uma nova Assembléia Constituinte, Vargas foi deposto em 29 de outubro de 1945, por um movimento militar liderado por generais que compunham seu próprio ministério.

Afastado do poder, Getúlio Vargas retirou-se para sua fazenda em São Borja, no Rio Grande do Sul, apoiando a candidatura do general Eurico Dutra, seu ex-ministro da Guerra, à presidência da República. Nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte de 1946, Vargas foi eleito senador por dois estados: Rio Grande do Sul, na legenda do Partido Social Democrático (PSD), e São Paulo, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Por esta legenda, foi também eleito representante na Câmara dos Deputados por sete estados: Rio Grande do Sul, São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Paraná. Assumindo seu mandato no Senado como representante gaúcho, Getúlio Vargas exerceu também a legislatura que se seguiu (1946-1949).

Candidato à presidência da República pelo PTB, em 1950, Getúlio Vargas derrotou os candidatos, Eduardo Gomes (UDN) e Cristiano Machado (PSD), elegendo-se com 3.849.000 votos.

Seu segundo período de governo foi marcado pela retomada da orientação nacionalista cuja expressão maior foi a luta para a implantação do monopólio estatal sobre o petróleo, com a criação da Petrobrás e pela progressiva radicalização política. Vargas enfrentava oposição cerrada por parte da UDN, em especial do jornalista Carlos Lacerda, proprietário do jornal carioca *Tribuna da Imprensa*.

O atentado realizado contra Lacerda no início de agosto de 1954, no qual foi morto o major-aviador Rubem Florentino Vaz, detonou a crise final do governo, pelo envolvimento da guarda pessoal de Vargas no episódio. Para a investigação do

que ficou conhecido como Atentado da Toneleros, foi instaurado um inquérito policial-militar, pelo Ministério da Aeronáutica. Pressionado pelas Forças Armadas, durante reunião ministerial realizada na madrugada de 23 para 24 de agosto, Vargas se viu confrontado com a eminência da renúncia ou deposição, e suicidou-se com um tiro no coração, deixando uma carta-testamento em que acusava os inimigos da nação como os responsáveis por seu suicídio.

[Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001]

ANEXO QUANTITATIVO

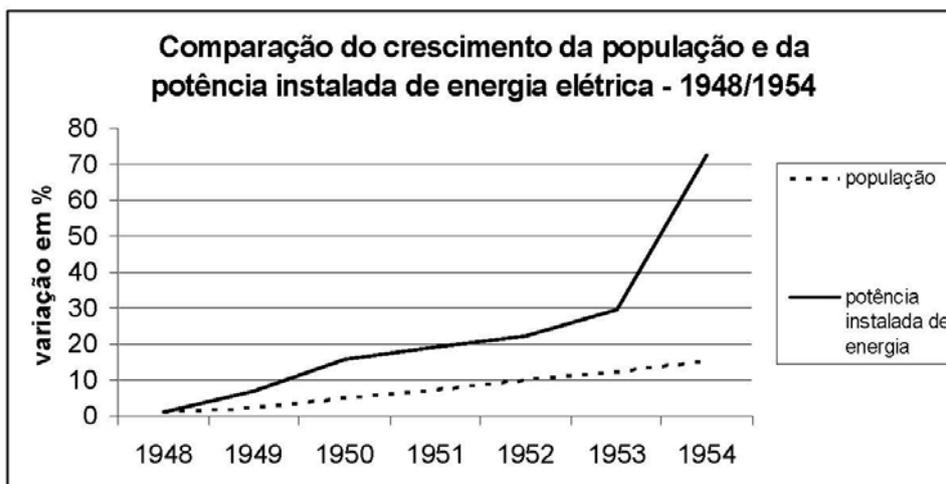
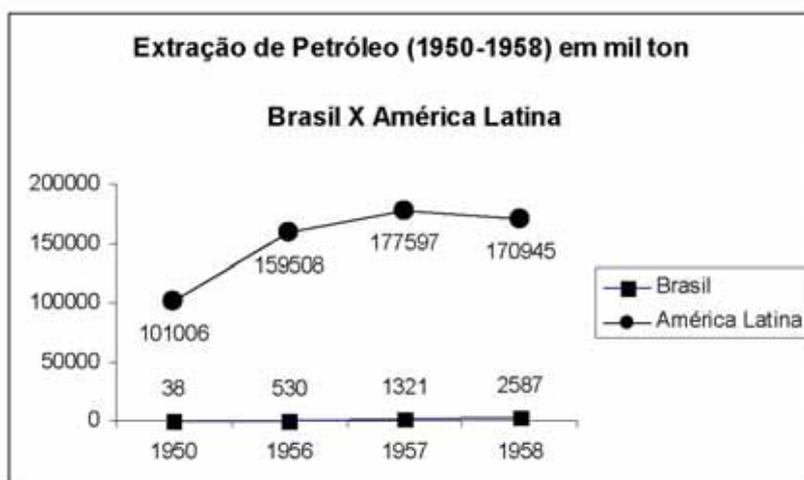
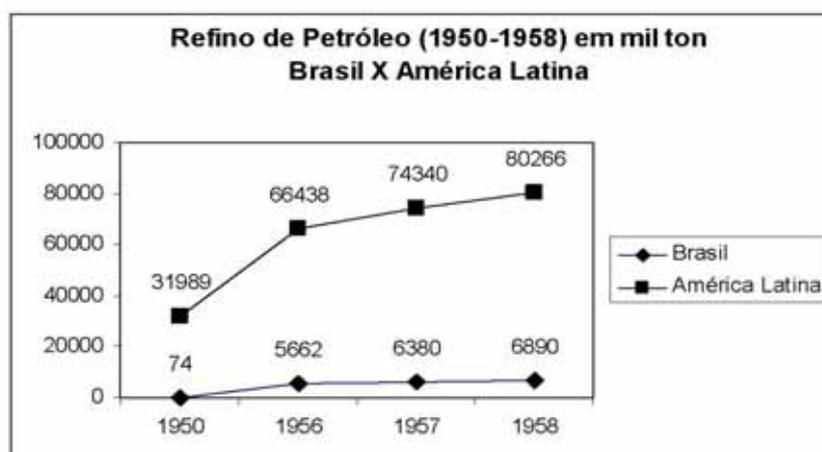


Figura 1: Comparação do crescimento da população e da potência instalada de energia elétrica - 1948/1954. [Fonte: Anuário Estatístico do IBGE – vários anos]



Fonte: Estudos Economicos - 1960



Fonte: Estudos Economicos - 1960

Figura 2: Extração e Refino de Petróleo (1950-1958) Brasil e América Latina (Fonte: Estudos Economicos, 1960).

ESTRUTURA DA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA POR TAMANHO E ORIGEM DA PROPRIEDADE DAS EMPRESAS CONCESSONÁRIAS - 1956

FAIXAS DE CAPACIDADE INSTALADA (KW)	EMPRESAS DE CAPITAL ESTRANGEIRO			EMPRESAS DE CAPITAL NACIONAL			TOTAL DA INDÚSTRIA			
	GRUPO LIGHT	AMFORP	PRIVADAS	PÚBLICAS						
	n.º de Empresas	n.º de Empresas	n.º de Empresas	n.º de Empresas	Distribuição	Distribuição	Distribuição	n.º de Empresas	KW	Distribuição
100 a 500	-	-	50	70	4,7	2,5	2,5	120	24.832	0,9
501 a 1000	-	-	15	12	4,9	1,3	1,3	27	18.812	0,7
1001 a 5000	-	3.900	23	15	24,1	7,2	7,2	39	99.122	3,5
5.001 a 10.000	-	5.060	7	3	44.750	20,0	4,8	11	77.740	2,8
10.001 a 50.000	-	169.332	6	3	103.646	46,3	7,9	16	317.866	11,3
50.001 a 100.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
100.001 a 500.000	-	180.644	-	3	-	76,3	76,3	4	619.429	22,1
500.001 a 1.000.000	2	1.649.335	100,0	-	-	-	-	2	1.649.335	58,7
TOTAL	2	1.649.335	100,0	101	224.029	100,0	100,0	219	2.907.136	100,0

Fonte: Revista Água e Energia Elétrica - CNAEE, Março 1957 apud Battochio (2005)

Figura 3: Estrutura da Indústria de Energia Elétrica por tamanho e Origem da Propriedade das Empresas Concessionárias, 1956. (Fonte: Água e Energia Elétrica CNAEE, 1957)

Consumo de Energia Elétrica (1 000 kw) , segundo a categoria das empresas e principais sistemas - 1953									
Categoria das empresas e principais sistemas	Produzida	Fornecida para o consumo				Total	Outros ⁴⁸	População Servida – habitantes	
		Fornecida pelos Serviços Públicos aos Autoprodutores	Tração Elétrica ⁴⁶	Indústrias ⁴⁷	Residencial, rural e iluminação pública				
SERVIÇOS PÚBLICOS	9 136 961	(+) 299 133	9 436 094	778 904	3 157 997	3 795 914	383 149	22 107 325	
Grupo Brazilian Tracton	5 713 331		5 713 331	599 034	2 021 074	1 764 815	383 149	6 302 828	
Grupo Empresas Elétricas Brasileiras	1 322 645	-	1 322 645	67 950	359 101	764 045	-	6 905 977	
Grupo Sul Mineira de Eletricidade	77 861	-	77 861		21 474	37 865	-	965 073	
Grupo Central Elétrica Rio Claro	51 413	-	51 413		18 243	15 322	-	250 000	
Grupo Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.	47 124	-	47 124	2 557	27 674	23 288	-	105 195	
Grupo Empresas Independentes	869 708	(+) 264 598	1 134 306	19 437	345 774	752 334	-	4 935 921	
Outras Empresas	1 054 870	(+) 34 535	1 039 414	89 926	364 597	438 245	-	2 552 331	
AUTOPRODUTORES INFORMANTES	1 027 970	(-) 264 598	763 372	21 050	696 330	39 076	-	368 087	
OUTROS AUTOPRODUTORES	134 171	(-) 34 535	99 636	2 747	90 885	5 100	-	48 043	
TOTAL	10 209 102		10 299 102	802 701	3 945 212	3 840 090		22 523 455	

Fonte: Anuário Estatístico do IBGE - 1955

⁴⁶ Incluem-se serviços de bondes, ônibus elétricos e estradas de ferro eletrificadas.

⁴⁷ Incluem-se indústrias de minas e siderurgia, eletroquímica, termia, metalurgia e outras indústrias.

⁴⁸ Absorvida pelas bombas para elevação d'água nos reservatórios.

Figura 4: Consumo de energia elétrica segundo a categoria das empresas e principais sistemas, 1953 (Fonte: Anuário Estatístico do IBGE, 1955)

Tabela 1: População Brasileira – 1948-1955

Ano	População em mil	% 1948=100
1948	49590	-
1949	50769	2,38
1950	51976	4,81
1951	53212	7,30
1952	54477	9,85
1953	55772	12,47
1954	57226	15,40
1955	58456	17,88

Fonte: Anuário Estatístico IBGE, 1960

Tabela 2: Potência das usinas geradoras (Kw) – 1883/1954

Ano	Térmica	Hidráulica	Total	Varição 1948=100
1883	52	-	52	0,003
1889	500	250	750	0,05
1890	1.017	250	1.267	0,08
1900	10.376	5.093	5.283	0,33
1910	32.729	12.4672	15.7401	9,68
1920	66.072	30.0946	36.7018	22,58
1930	148.752	63.0050	77.8802	47,92
1940	234.531	100.9346	124.3877	76,53
1941	242.243	101.9015	126.1258	77,60
1945	261.806	107.9827	134.1633	82055
1946	280.738	113.4245	141.4983	87,06
1947	282.973	125.1164	153.4137	94,36
1948	291.789	133.3546	162.5335	100,00
1949	304.331	143.0860	173.5191	106,76
1950	346.830	153.6177	188.3007	115,85
1951	355.190	158.4756	193.9946	119,36
1952	386.822	159.7979	198.4801	122,12
1953	418.204	168.6651	210.4855	129,50
1954	640.046	216.7532	280.7578	172,74

Fonte: Anuário Estatístico do IBGE – vários anos

Tabela 3: Brasil: Comparação entre Importações (CIF) e Exportações (FOB) Efetivas e o licenciamento das Importações, 1950-1952 Cr\$ bilhões

Período	Importação		Exportação Efetivada	Porcentagem		Média Mensal	
	Licenciada (A)	Efetivada (B)	(C)	A/B	A/C	(A)	(B)
1950							
1º semestre	10,8	8,0	9,1	74%	119%	1,8	1,3
2º semestre	21,9	12,3	15,8	56%	139%	3,65	2,1
1951							
1º semestre	29,2	15,9	15,3	54%	191%	4,9	2,7
2º semestre	30,5	21,3	17,2	70%	177%	5,1	3,6
1952							
1º semestre	14,3	22,4	12,9	157%	111%	2,4	3,7
2º semestre	10,9	11,8	13,2	136%	83%	1,8	2,5

Fonte: Banco do Brasil, *Relatório, 1952*

Tabela 4: Brasil: Taxas Médias de Câmbio sob o Regime da Instrução 70, outubro de 1953 a dezembro de 1954, Cr\$/US\$

	1953*	1954
Taxa oficial	18,82	18,82
Taxa do mercado livre	43,32	62,18
Leilões de importação Categoria I	31,77	39,55
Categoria II	38,18	44,63
Categoria III	44,21	57,72
Categoria IV	52,13	56,70
Categoria V	78,90	108,74
Taxas de exportação**		
Café	—	23,36
Demais produtos	—	28,36

* Outubro-dezembro (exceto mercado oficial e livre).

** De 9.10.53 a 15.8.54. Fontes: Simonsen (1962, p. 53).

Tabela 5: Brasil: Exportação de Café, Dados Mensais, 1953-1954, 1.000 sacas

Meses	1953	1954
Janeiro	1.204	1.125
Fevereiro	1.206	944
Março	1.359	1.375
Abril	991	998
Maiο	792	474
Junho	998	396
Julho	876	626
Agosto	1.368	518
Setembro	1.662	838
Outubro	1.656	855
Novembro	1.792	1.548
Dezembro	1.659	1.220
TOTAL	15.562	10.918

Fonte: BNDE, *Exposição*, 1951

Tabela 6: Índices e taxas de crescimento anuais do produto real segundo setores da produção:
Brasil, 1950-1954 (1949 = 100)

Anos	Agricultura		Indústria		Serviços		Total Prod. Real	
	índice	%	índice	%	índice	%	índice	%
1950	101,5	1,5	113,3	11,3	107,1	7,1	106,5	6,5
1951	102,2	0,7	118,4	6,4	117,7	9,9	112,8	5,9
1952	111,5	9,1	124,3	5,0	130,4	10,8	122,6	8,7
1953	111,7	0,2	135,1	8,7	130,3	0,0	125,7	2,5
1954	120,5	7,9	146,8	8,7	147,2	13,0	138,4	10,1

Fonte: *Conjuntura Econômica* Besserman (1973, v. 27, n. 12) In: SérgioVianna, (1985, p. 144)

Tabela 7: Brasil: Alguns indicadores demográficos: 1940, 1950 e 1960 (em 1.000 habitantes)

	1940	1950	1960
População total (PT)	41.236	51.945	70.993
População econ. ativa (PEA)	14.759	17.117	22.651
População urbana (PU)	7.632	12.143	22.923
% Pop. urbana/PT*	18,5	23,4	32,3
Taxa cresc. anual pop. urbana	—	4,7	6,6
População rural	33.604	39.802	48.070
% Pop. rural/PT	81,5	76,6	67,7
Taxa cresc. anual pop. rural	—	1,7	1,9
% Emprego setor primário/PEA	65,9	59,9	53,7
% Emprego setor secundário/PEA	10,4	14,5	13,8
% Emprego setor terciário/PEA	23,7	25,6	32,5

Fonte: Almeida, José (1974, p. 54-70).

* Aglomerados de mais de 10.000 habitantes.

Tabela 8: Exportação, Importação e saldos da balança comercial: Brasil, 1949-1954 (US\$ milhões)

Anos	Exportação (FOB)	Importação (FOB)	Saldo
1949	1100	947	153
1950	1359	934	425
1951	1771	1763	68
1952	1416	1702	-286
1953	1540	1116	424
1954	1558	1410	148

Fonte: *Conjuntura Econômica* (nov. 1972).

Tabela 9: Receita, despesa e saldo da União: Brasil, 1950-1954 (em Cr\$ milhões)

Anos	Receita	Despesa	Saldo
1950	19.373	23.670	-4.297
1951	27.428	24.609	+2.819
1952	30.740	28.461	+2.279
1953	37.057	39.926	-2.869
1954	46.539	49.250	-2.711

Fonte: Vianna, Sérgio Besserman (1985, p. 123).

Tabela 10: Evolução do maior salário mínimo do Estado de São Paulo e do PIB *per capita* do Brasil: 1940-1969*

Ano	Salário mínimo real valor em cruzados (1)	Salário mínimo real índices julho/40 = 100	PIB/Per Capita
1940	1.543,82	98,02	100,00
1941	1.407,25	89,35	102,57
1942	1.263,44	80,22	97,53
1943	1.240,84	78,78	103,30
1944	1.310,19	83,19	108,66
1945	1.055,67	67,03	109,38
1946	926,36	58,82	119,28
1947	707,80	44,94	119,38
1948	655,53	41,51	124,99
1949	664,37	42,19	130,47
1950	627,50	39,84	135,69
1951	579,52	36,80	139,60
1952	1.555,67	98,77	147,30
1953	1.281,24	81,35	146,65
1954	1.557,37	98,88	156,70
1955	1.748,87	111,04	162,56
1956	1.776,73	112,81	162,95
1957	1.931,77	122,65	170,92
1958	1.680,52	106,70	178,75
1959	1.881,28	119,45	183,18
1960	1.579,68	100,30	195,19
1961	1.756,48	111,52	209,27
1962	1.603,61	101,82	214,10
1963	1.409,71	89,51	211,23
1964	1.456,68	92,49	211,36
1965	1.404,70	89,19	210,97
1966	1.197,43	76,03	212,76
1967	1.132,77	71,92	216,89
1968	1.103,60	70,39	234,36
1969	1.066,76	67,73	250,40

Fonte: DIEESE.

* A atualização monetária foi trazida a valores de março de 1986. A partir de 1962 é também considerado o 13.º salário. Até 1958 utilizou-se o índice de Custo de Vida calculado pela Prefeitura de São Paulo, e, a partir daí, o ICV do DIEESE.